



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE
E SECRETARIADO EXECUTIVO.
CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO

GILVANIRA CORREIA DE SOUSA NETA

CONCEPÇÕES ÉTICAS DO PROFISSIONAL DE SECRETARIADO EXECUTIVO

FORTALEZA

2013

GILVANIRA CORREIA DE SOUSA NETA

CONCEPÇÕES ÉTICAS DO PROFISSIONAL DE SECRETARIADO EXECUTIVO

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Secretariado Executivo.

Orientadora: Prof. Joelma Soares da Silva

FORTALEZA

2013

GILVANIRA CORREIA DE SOUSA NETA

CONCEPÇÕES ÉTICAS DO PROFISSIONAL DE SECRETARIADO EXECUTIVO

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Secretariado Executivo.

Orientadora: Prof. Joelma Soares da Silva

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Joelma Soares da Silva (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Conceição de Maria Pinheiro Barros
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Juliana Vieira Corrêa Carneiro
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À minha família, em especial a minha amada mãe, Dulce Moura, pelo apoio e incentivo na realização deste trabalho, que muito carinhosamente se dispôs a me ajudar a ficar com meu filho e abdicar de seu tempo livre.

AGRADECIMENTOS

Nesta extensa jornada pude ter o privilégio de ter ao meu lado pessoas especiais, que me ajudaram no percurso de cada etapa.

Agradeço a DEUS, primeiramente, que me deu vida e oportunidades, e que me dá força para continuar a caminhada em busca dos meus ideais.

A todos da minha família querida que, de alguma forma, incentivaram-me na busca pelo conhecimento. Em especial a minha mãe, Dulce, que me ensinou a não temer desafios e a superar os obstáculos com humildade e que é grande parte da minha fonte de forças nesta trajetória de vida, permanecendo sempre presente na partilha de minhas conquistas e frustrações, és o meu exemplo de vida, de amor e de sabedoria. Obrigada pela compreensão e confiança que sempre depositou em mim, não podia deixar de dedicar a outra pessoa senão a você essa grandiosa alegria que transborda dentro de mim.

A meu pai, João Alverne, pela firmeza em suas palavras sábias, isso me incentivou a ser a pessoa que hoje sou.

Aos meus irmãos-amigos: Nivea, por sempre me incentivar e dá exemplo de sabedoria. A meu irmão, George, que apesar dos muitos afazeres, revisou uma parte deste trabalho tão carinhosa e atenciosamente. E a meu irmão, Júnior, que mesmo de longe e ausente, me transmitia carinho através de suas mensagens. Muito obrigada pelo grande amor que me ofertam.

E não menos especial, meu padraсто-sogro, Paulo Sérgio, que apesar de não se envolver muito, me transmite sabedoria apenas com seu olhar calmo e sereno. Obrigado por se fazer presente em minha vida, és muito especial.

Ao meu querido esposo, Paulo Rossi, que com muita paciência acompanhou todo trajeto desses quatro anos de muita luta e sempre esteve presente em cada momento.

À professora e orientadora Joelma Soares pela dedicação, estímulo e sugestões dadas na realização deste trabalho, que sem sua importante e inestimável ajuda não teria sido concretizado.

Às minhas queridas amigas Nathalia, Eliane, Sofia e Maísa quero agradecer os grandes, inesquecíveis e muitos momentos de alegria e também os de tristeza e cansaço que compartilhamos, agradecer, também, pelo estímulo durante a realização do trabalho, que mesmo distantes me ajudaram de alguma forma.

Neste momento especial de encerramento de mais uma etapa importante de minha vida, em que a alegria por estar finalizando este trabalho se une ao cansaço, torna-se difícil lembrar-me de todos os demais, que direta ou indiretamente contribuíram na elaboração desta monografia, ainda assim deixo minha eterna gratidão.

“Se um dia tiveres de optar pela ética e a moral escolha a ética. Pois a moral, ao contrário da ética nada mais é do que um conjunto de regras que faz de você um submisso da sociedade, a ética por sua vez, faz de você uma pessoa audaz, que age e fala de acordo com seu interior, suas ideias, com aquilo que parece ser realmente certo e não com o que os demais dizem ser o correto.” (Ágatha Faria)

RESUMO

O profissional de Secretariado deve agir em conformidade com os preceitos éticos da profissão e de acordo com os valores éticos universais. Este estudo objetivou analisar o comportamento ético e moral de secretárias envolvidas em escândalos nacionais de corrupção. No decorrer do referencial teórico, buscou-se salientar a importância do comportamento ético e moral no exercício da profissão do Secretário Executivo. Este trabalho tratou de uma pesquisa de natureza qualitativa e descritiva, composta inicialmente pela revisão bibliográfica em artigos científicos, livros, monografias e sites da internet, também foram consultadas leis e Código de Ética do Profissional de Secretariado Executivo. Foi feita em seguida uma pesquisa de campo através de coleta documental e estudo observacional indireto não participante. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo de três escândalos nacionais envolvendo Secretárias. Por meio dos resultados obtidos inferiu-se que é preciso que o Secretário exerça uma conduta ética sem perder sua autonomia, uma vez que compete a atividade o máximo de sigilo nas informações intra-empresariais pela grande proximidade que o profissional têm com o seu Executivo.

Palavras-chave: Comportamento ético. Comportamento moral. Secretariado Executivo.

ABSTRACT

The Executive Secretariat Professional must act in accordance with ethical principles of the profession and in accordance with the universal ethical values. This study aimed to analyze moral and ethical behavior of the secretaries involved in national scandals of corruption. In the course of the theoretical framework, we sought to emphasise the moral and ethical behavior importance in the exercise of the profession of Executive Secretary. This study dealt a qualitative and descriptive research in its content, composed at first by literature review in scientific articles, books, monographs and websites, laws and Code of Professional Ethics of the Executive Secretariat also were consulted. It was then made a field survey collecting documents and indirect non-participant observational study data were analyzed using content analysis of three national scandals involving secretaries. By the obtained results it was confirmed through this analysis that is necessary for Executive Secretary to exercise an ethical conduct without losing autonomy, since it falls to this professional the activity of maximum confidentiality about information intra-enterprises because that professionals have a close proximity with their Executive.

Keywords: Ethical behavior, Moral behavior, Executive Secretariat.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Valores que caracterizam o comportamento ético.....	21
Quadro 2 – As mudanças na atividade secretarial	27
Quadro 3 – Envolvidos no escândalo do Mensalão.....	38
Quadro 4 – Envolvidos no escândalo Castelo de Areia da Construtora Camargo Corrêa	41
Quadro 5 – Envolvidos no esquema que resultou no Impeachment.....	43

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	ÉTICA	15
2.1	Comportamento ético e moral	17
2.2	Comportamento ético na sociedade	18
2.3	Comportamento ético no ambiente de trabalho.....	20
3	ATUAÇÃO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO	23
3.1	Perfil atual do Secretário Executivo	25
3.2	O comportamento ético e a imagem que o secretário executivo passa para as organizações e a sociedade	28
3.3	Ética na atuação do secretário executivo	29
4	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	32
4.1	Classificação da pesquisa	32
4.2	Estratégia de pesquisa.....	35
4.3	Instrumento de coleta de dados	36
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	37
5.1	Escândalo 1: Fernanda Karina Somaggio e o Mensalão	37
5.2	Escândalo 2: Construtora Camargo Corrêa	40
5.3	Escândalo 3: Esquema que resultou no Impeachment.....	42
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS	47
	ANEXOS	52

1 INTRODUÇÃO

A ética e a moral estão intrinsecamente ligados, pois ambos tem como objeto o comportamento humano, uma vez que a ética é teoria, investigação ou explicação de um tipo de experiência humana ou forma de comportamento dos homens, o da moral, considerado porém na sua totalidade, diversidade e variedade (Vázquez, 1989). A ética parte do fato da existência da história da moral, isto é, toma como ponto de partida a diversidade de morais no tempo, com seus respectivos valores, princípios e normas. Sempre se fala em agir eticamente, mas pouco se fala sobre o que é agir eticamente ou sobre como fazê-lo. A sua discussão aborda questões complexas como natureza humana, por isto é um tema bastante amplo e muito citado.

A partir desse contexto surge a necessidade de analisar o comportamento ético e moral de uma parcela de profissionais de secretariado executivo que se envolveram em casos que acabaram por infringir o código de ética profissional. Apesar de ser um assunto bastante comum, este trabalho foi importante porque abordou escândalos envolvendo profissionais nos quais, na época em que aconteceram, foram dados muita ênfase na mídia.

Deste modo buscou-se responder a pergunta do trabalho: qual comportamento das Secretárias envolvidas em escândalos nacionais de corrupção? Onde o objetivo geral foi analisar o comportamento ético e moral das secretárias envolvidas em escândalos nacionais de corrupção. Os objetivos específicos direcionam-se: a) analisar o comportamento ético das secretárias envolvidas em escândalos nacionais de corrupção; b) analisar o comportamento moral das Secretárias envolvidas em escândalos nacionais de corrupção; c) identificar os artigos do Código de Ética do Profissional de Secretariado foram violados pelas secretárias envolvidas nos escândalos nacionais de corrupção. A base teórica para a análise e cumprimento dos objetivos foram considerados os pensamentos de Vázquez (1985) e o Código de Ética do Profissional de Secretariado Executivo.

A ética é a ciência da moral, isto é, de uma esfera do comportamento humano. Não se deve confundir aqui a teoria com o seu objeto: o mundo moral. As proposições da ética devem ter o mesmo rigor, a mesma coerência e fundamentação das proposições científicas. Ao contrário, os princípios, as normas ou os juízos de uma moral determinada não apresentam esse caráter. E não somente não tem um caráter científico, mas a experiência histórica moral demonstra como muitas vezes são incompatíveis com os conhecimentos fornecidos pelas ciências naturais e sociais (VÁZQUEZ, 1989).

A ética reflete os costumes e a moral estabelecidos e as relações humanas fundamentais, que podem variar ao redor do mundo. Não se trata de algo superposto à conduta humana, pois todas as nossas atividades envolvem uma carga moral. Idéias sobre o bem e o mal, o certo e o errado, o permitido e o proibido definem a nossa realidade. “Virtudes e vícios compõem o caráter (ethos) de uma pessoa, sendo bom aquele que sente prazer na virtude e dor no vício” (ARISTÓTELES, 2001).

Este trabalho está estruturado em 06 (seis) capítulos, incluindo esta introdução.

No segundo capítulo é realizada uma revisão bibliográfica que apresenta fundamentação teórica do tema. Inicialmente, será abordada a história, definição e conceito de ética. Em seguida, é feito um paralelo entre comportamento ético e comportamento moral; comportamento ético na sociedade e comportamento ético no ambiente de trabalho.

O terceiro capítulo aborda a atuação do secretário executivo, o perfil atual do secretário executivo, o comportamento ético e a imagem que o secretário executivo passa para as organizações e a sociedade e a ética na atuação do secretário executivo.

O quarto capítulo apresenta a metodologia empregada na realização da pesquisa de campo, caracterizando a análise de conteúdo.

No quinto capítulo, é feita a análise de conteúdo dos materiais coletados em revistas eletrônicas, sites da internet e jornais *online*. Decorrentemente, deste estudo e como forma de sintetizar todo assunto abordado serão apresentadas no sexto capítulo as considerações finais, e logo em seguida as referências bibliográficas e os anexos.

2 ÉTICA: PRINCIPAIS ASPECTOS

O termo ética refere-se à filosofia moral, isto é, ao saber que reflete sobre a dimensão da ação humana. Para Valls (1986), a ética é entendida como um estudo ou uma reflexão teológica, sobre os costumes ou sobre as ações humanas.

As palavras ética e moral têm a mesma base etimológica. A palavra ética vem do grego *ethos* e a palavra moral vem do latim *morale*, ambas significam hábitos ou costumes, mas, essencialmente, ética e moral têm a mesma raiz e referem-se aos costumes informados por valores.

Há autores que distinguem a ética da moral. Segundo Larousse (1995, p.4078) a moral seria “o corpo de preceitos e regras que visam dirigir as ações do homem, segundo a justiça e a equidade natural”. Ou seja, moral é o conjunto de regras de comportamento que uma coletividade adota.

O estudo da ética remonta aos primórdios da filosofia clássica grega. De lá provém o significado etimológico da palavra. Segundo Pessanha:

A tradição ética na cultura grega parte de Homero e Hesíodo. As epopéias homéricas (séculos X-VIII a C.) formulam uma ética aristocrática que fazia da virtude (aretê) um atributo inerente à nobreza e manifestado por meio da conduta cortesã e do heroísmo guerreiro. Originariamente, portanto, a palavra aretê não tem o sentido preciso de virtude. Ainda não atenuada por seu uso posterior puramente ético, estava de início ligada às noções de função, de realização e de capacitação, denotando a excelência de tudo o que é útil para algum ato ou fim. (PESSANHA, 1999, p.28).

A ética na antiguidade foi conceituada de acordo com a visão de alguns filósofos, os quais iniciaram esse processo de análise que se desenrolou no decorrer da história. Sócrates, Platão e Aristóteles são os pensadores gregos mais estudados e deveria ser pautada no equilíbrio, a fim de evitar a falta de ética. Pregavam a virtude, a moral e outras atitudes voltadas para a ética.

Pode ser atribuída à Sócrates a origem da ética, tendo como ponto de partida a consciência do agente moral, discorre Chauí (2006), é sujeito ético ou moral somente aquele que sabe o que faz, conhece as causas e os fins de sua ação, o significado de suas intenções e de suas atitudes e a essência dos valores morais. Sócrates afirma que apenas o ignorante é vicioso ou incapaz de virtude, pois quem sabe o que é o bem não poderá deixar de agir virtuosamente.

Suas perguntas provocavam fúria nas pessoas, pois, esses não sabiam as respostas e esperavam que ele as tivesse, no entanto Sócrates também não as tinha. Daí surgiu a famosa frase socrática “Sei que nada sei” (GRIMALDI, 2006).

Para Vázquez (1997), a ética socrática é racionalista, sendo composta por três elementos: uma concepção do bem e do bom; a tese da virtude (areté) como conhecimento, e do vício como ignorância e a tese segundo a qual a virtude pode ser transmitida ou ensinada. De acordo com o autor:

Resumindo, para Sócrates, bondade, conhecimento e felicidade se entrelaçam estreitamente. O homem age retamente quando conhece o bem e, conhecendo-o, não pode deixar de praticá-lo; por outro lado, aspirando ao bem, sente-se dono de si mesmo e, por conseguinte, é feliz. (VÁZQUEZ, 1997, p.231).

A ética Platônica era a ideia do alcance do sumo bem, que se resumia na vida virtuosa, na vida divina (quanto mais perto de Deus o homem estivesse, mais virtuoso ele era) para se chegar mais perto da felicidade, do mundo perfeito que era alcançado após a morte. No entanto, segundo ele, o homem só alcançava esse bem através da estrutura do estado, daí a ligação de sua teoria com a política. Sobre a ética platônica, discorre Vázquez:

A ética de Platão depende intimamente, como a sua política: a) da sua concepção metafísica (dualismo do mundo sensível e do mundo das ideias permanentes, eternas, perfeitas e imutáveis, que constituem a verdadeira realidade e têm como cume a Idéia do Bem, divindade, artífice ou demiurgo do mundo); b) da sua doutrina da alma, princípio que anima ou move o homem e consta de três partes: razão, vontade ou ânimo, e apetite; a razão que contempla e quer racionalmente é a parte superior, e o apetite, relacionado com as necessidades corporais, é a inferior. (VÁZQUEZ, 1997, p.231).

Platão estava mais voltado para a teoria do que para os próprios fatos em si, além de grande filósofo foi também grande poeta, deixando discípulos, assim como Aristóteles.

Segundo Aristóteles (2001) viver eticamente é viver de acordo com a virtude, ou seja, praticar bons atos buscando a felicidade, que é o bem supremo do homem. Esta virtude é encontrada no meio-termo, sem pecar pelo excesso ou pela falta. Por exemplo, se um homem for medroso ou temerário não estará sendo virtuoso, pois ambos são extremos, entende-se então que a virtude é encontrada na coragem.

A respeito da ética Aristotélica destaca-se:

A ética de Aristóteles – como a de Platão – está unida à sua filosofia política, já que para ele – como para o seu mestre – a comunidade social e política é o meio necessário da moral. O homem enquanto tal só pode viver na cidade ou polis; é, por natureza, um animal político, ou seja, social. Por conseguinte, não pode levar uma vida moral como indivíduo isolado, mas como membro da comunidade. Por sua vez, a vida moral não é um fim em si mesmo, mas condição ou meio para uma

vida verdadeiramente humana: a vida teórica na qual consiste a felicidade (VÁZQUEZ, 1997, p.234).

Assim, Aristóteles propôs uma ética do meio-termo, onde a virtude consistiria em procurar o ponto de equilíbrio entre o excesso e a deficiência. A coragem, por exemplo, seria uma virtude situada entre a covardia (a deficiência) e a temeridade (o excesso).

A virtude moral é um meio-termo entre dois vícios, um dos quais envolve o excesso e outro deficiência, e isso porque a sua natureza é visar à mediania nas paixões e nos atos. (ARISTÓTELES, 2001).

2.1 Comportamento ético e moral

O comportamento ético ocorre quando os componentes de um grupo aceitam e seguem tais princípios e valores. Só se pode ter um comportamento ético adequado, quando se limita a liberdade muito acentuadamente, quando se acentua liberdade ao máximo se perde o comportamento ético. Na visão de Raiborn e Payne (1990), o comportamento ético diferencia-se do comportamento legal, na medida em que, o segundo reflete as atitudes e desejos da cultura da sociedade na qual os indivíduos se inserem. Nestas circunstâncias, algumas vezes, a sociedade define comportamentos como sendo legais, mas os quais podem ser vistos por outros como imorais.

O comportamento moral varia de acordo com o tempo e o lugar, conforme as exigências das condições nas quais os homens se organizam ao estabelecerem as formas efetivas e práticas de trabalho (ARANHA; MARTINS, 1993).

Segundo Chaui (1996, p. 337)

[...] o agente consciente é aquele que conhece a diferença entre bem e mal, certo e errado, permitido e proibido, virtude e vício. A consciência moral não só conhece tais diferenças, mas também reconhece-se como capaz de julgar o valor dos atos e das condutas e de agir em conformidade com os valores morais, sendo por isso responsável por suas ações e seus sentimentos e pelas consequências do que faz e sente.

Kohlberg (1984) afirma que as propriedades afetiva e cognitiva são distintas, mas são aspectos inseparáveis do comportamento moral. Isto é, ele as define como propriedades, aspectos ou atributos dos comportamentos da pessoa, mas não como componentes que possam ser peças separadas ou componentes do comportamento.

Vázquez (2004) aponta que o comportamento ético é teórico e reflexivo, enquanto o comportamento moral é eminentemente prático. Um completa o outro, havendo um inter-relacionamento entre ambos, pois na ação humana, o conhecer e o agir são indissociáveis.

Srouf (2000) defende que a moral está vinculada à definição dos padrões de comportamento, das normas de conduta, de acordo com os usos e costumes dos agentes sociais em um determinado espaço de tempo.

Para Vázquez (2004) originalmente ética e moral caracterizavam-se por algo que não nascia com o ser humano, mas um costume que era por ele desenvolvido. No universo contemporâneo estas duas palavras tomaram proporções distintas, onde não se pode confundir a ciência com seu objeto científico. Sendo ética a ciência que estuda o comportamento humano, e a moral é o universo social em que os problemas e conflitos surgem por reflexo do comportamento de uma sociedade. Então a ética é a ciência da moral.

Pode-se perceber que o comportamento ético está intimamente ligado ao estudo do comportamento do homem perante as variadas situações de sua vida, a fim de criar e estabelecer normas para esses comportamentos que favoreçam a harmonia nas relações humanas, buscando sempre a diminuição da violência e o alcance do bem e da felicidade.

Para Chalita (2003), um comportamento ético se realiza somente quando a razão e as emoções, corpo e alma, mente e coração se integram e se harmonizam, determinando as escolhas que revelam o caráter de cada um. Portanto, uma pessoa é ética quando pensa e age de acordo com os valores morais.

Comportamento ético exige mais que leis, normas, regulamentos. Nenhum código de ética contempla todas as situações que surgem e exige do profissional um julgamento pessoal, subjetivo sobre o comportamento ético. Observa-se assim a importância e o papel das regras de comportamento moral que procuram conduzir a sociedade a um comportamento eticamente correto.

2.2 Comportamento ético na sociedade

Desde os primórdios da humanidade o homem precisou viver em grupos ou em sociedade e em cada época foi criando padrões de comportamento como justiça, honestidade, responsabilidade, lealdade e respeito de acordo com os valores estabelecidos na sua cultura.

Basicamente, a relação que o comportamento ético tem com a sociedade é que o meio social, seja ele econômico, político, cultural ou educacional, determina e condiciona em grande parte o comportamento das pessoas. No entanto, é atribuído ao comportamento moral dizer o que deve ser feito em determinada situação comum ao interagir do homem com o ambiente e a sociedade, e ao comportamento ético expor reflexões sobre o comportamento moral e a conduta de cada indivíduo em seu meio (Aristóteles, 2007).

A sociedade cria determinados valores e as ações humanas começam desde logo a se cristalizar em regras que se orientam pela obtenção e realização dos mesmos.

A reflexão de como se deve agir é importante em qualquer situação, pois o ser humano está sempre diante de dois caminhos e precisa fazer escolhas. Segundo Durkheim (2001), o homem é um ser social por natureza; por esta razão é indispensável cuidar para que suas decisões não tragam problema ao contexto onde ele está inserido. O homem precisa refletir eticamente para viver bem com a sociedade.

A sociedade contemporânea está resgatando comportamentos que possibilitem o cultivo de relações éticas. São frequentes as queixas sobre a falta de ética na sociedade, na política, na indústria e até mesmo nos meios esportivos, culturais e religiosos.

A ética é a parte da filosofia que estuda a moralidade dos atos humanos, enquanto livres e ordenados a seu fim último. De modo natural, a inteligência adverte a bondade ou malícia dos atos livres, haja vista o remorso ou satisfação que se experimenta por ações livremente realizadas, por que tal ação é boa ou má (ARRUDA; WHITAKER; RAMOS, 2001, p. 42).

Num sentido histórico, percebe-se que no Brasil não se optou por criar uma sociedade ética. A sociedade, assim como ela existe, não existe por acaso, pois tem suas raízes históricas e ideológicas, e, se o objetivo é o de ser ético é preciso repensar todo o contexto social em que se vive.

O homem é concebido como um indivíduo que pertence a uma época e, como ser social, se insere sempre na rede de relações de determinada sociedade; encontra-se igualmente imerso em uma dada cultura, da qual se nutre espiritualmente e a sua apreciação das coisas ou os seus juízos de valor se conformam com regras, critérios e valores que não inventa ou descobre pessoalmente, mas que constrói socialmente (Vázquez, 1989, p.123).

Para uma pessoa saber se seu comportamento está sendo ético ou não em uma sociedade, basta fazer uma reflexão quanto ao comportamento das pessoas que a rodeiam, ou seja, verifica se a sua conduta está causando constrangimento aos demais. É preciso ainda analisar se está infringindo alguma lei, ou se está causando prejuízo a outrem.

O comportamento ético individual não é desligado do comportamento ético social exatamente porque ninguém vive sozinho, todos vivem necessariamente num grupo humano, todos vivem necessariamente em associação.

2.3 Comportamento ético no ambiente de trabalho

O trabalho é algo inerente à natureza humana, não somente no sentido de obter dinheiro, mais também no sentido de realização plena de sua natureza. Ao se realizar determinado trabalho, não só se cria ou transforma algo, mais também nos transformamos e nos aperfeiçoamos. Quando se fala de ética profissional, se refere ao caráter normativo e até jurídico que regulamenta determinada profissão a partir de códigos específicos. A ética profissional é um conjunto de atitudes e valores positivos aplicados no ambiente de trabalho e é de fundamental importância para o bom funcionamento das atividades da empresa e das relações de trabalho entre os funcionários.

As empresas que desejarem competir nos mercados nacional e internacional, nos dias de hoje, precisam manter uma sólida reputação de comportamento ético perante seus clientes e seus funcionários, uma vez que os bons resultados empresariais resultam de decisões morais e éticas. Segundo Ferrel (2001, p. 6):

A ética empresarial compreende princípios e padrões que orientam o comportamento no mundo dos negócios. Se um comportamento específico exigido é certo ou errado, ético ou antiético, é assunto frequentemente determinado pelos *stakeholders*, tais como investidores, clientes, grupos de interesse, empregados, sistema jurídico vigente e a comunidade. Embora esses grupos não estejam necessariamente “certos”, suas opiniões influenciam a aceitação ou rejeição, pela sociedade, da empresa e de suas atividades.

O comportamento ético deve fazer parte da política e de um código de conduta da empresa, para que possa despertar nos administradores de pessoas a consciência de como é possível errar na tentativa de padronizar as pessoas à nossa maneira, prejudicando com isso o indivíduo em primeiro plano e a organização posteriormente.

Segundo Bittencourt (2007), no começo da sociedade industrial, a ética no trabalho foi usada como instrumento de coerção do trabalhador. Ou seja, os princípios que cada empresa empregava para determinar o que ela entendia por ética eram, na verdade, uma forma de garantir a obediência e submissão do empregado. Depois, a ética passou a ser vista não como um meio de alcançar a submissão do funcionário, mas sim como um modo de nortear a postura esperada de cada profissional.

A evolução de uma classe profissional emana a necessidade de uma mentalidade ética e de uma educação pertinente que conduzam a vontade de agir de acordo com normas pré-estabelecidas (Sá, 2007). O autor afirma ainda que o comportamento ético profissional deve pautar-se nas virtudes a serem respeitadas no exercício da profissão.

Segundo Ashley (2002) pode-se dizer que um dos efeitos da economia globalizada é a adoção, por todo mundo, de padrões éticos e morais mais rigorosos, seja pela necessidade das próprias organizações de manter sua boa imagem perante ao público, seja pelas demandas diretas do público para que todas as organizações atuem de acordo com tais padrões. Valores éticos e morais sempre influenciaram as atitudes das empresas, mas estão se tornando, cada vez mais, homogêneos e rígidos como mostra no quadro 1.

Quadro 1: Valores que caracterizam o comportamento ético

Empresário	Empresa
Busca do bem comum	Administração participativa
Atuação a nível político	Transparência de ações
Diálogo e negociação	Diálogo e negociação
Visão de futuro	Destino social do lucro
	Respeito ao funcionário e ao consumidor

Fonte consultada: www.fenassec.com.br

Na empresa, as pessoas conscientes desse esforço ético, têm maior probabilidade de tomar decisões corretas, sendo certo que, ao tomá-las, estarão crescendo na virtude almejada. Decorre daí ser a ética uma ciência também prática, e as virtudes, o resultado e ações repetidas no intuito de solucionar os dilemas.

O indivíduo antiético enxerga apenas a si, não se importando o que as outras pessoas sofram em consequência disso. Para que se tenha um comportamento ético no trabalho é preciso, antes de tudo, ser honesto em qualquer situação. Outras qualidades são consideradas importantes para o exercício de qualquer profissão, tais como: competência, sigilo, prudência, coragem, compreensão, perseverança, humildade, responsabilidade, otimismo, solidariedade, comprometimento, respeito, transparência, excelência etc.

O comportamento ético por parte da empresa é esperado e exigido pela sociedade. Ele é a única forma de obtenção de lucro com respaldo moral. Este impõe que a empresa aja com ética em todos os seus relacionamentos. Os procedimentos éticos facilitam e solidificam os laços de parceria empresarial, quer com cliente, fornecedores, competidores e seu mercado, empregados e governo (TEIXEIRA, 1991, p.21).

O comportamento ético no ambiente de trabalho é uma preocupação constante, e mesmo quando não há um código específico ou uma conduta objetivamente definida a ser

seguida na empresa ou profissão, em geral o senso comum é empregado para tentar identificar quais os comportamentos aceitáveis e quais os que ferem princípios ou são anti-éticos.

No que diz respeito ao campo profissional, o comportamento ético é relevante por estar presente nas menores atitudes e é nítido que em todas as profissões existe uma maneira certa, prudente e justa, de decidir, de conduzir e fazer uma específica tarefa em uma determinada atividade profissional. Assim, a ética auxilia no desenvolvimento do bem estar individual e coletivo por caminhos regidos pela virtude nos atos funcionais e administrativos dentro de uma empresa, em prol da harmonia social.

E para tal, em cada profissão, existe o código de ética profissional, que é um instrumento que busca a realização dos princípios, visão e missão da empresa e apresenta normas de conduta para o cumprimento de determinada profissão. Sendo de interesse geral dos inseridos naquela classe, na tentativa de levar o profissional ao cumprimento do exercício de uma virtude obrigatória, com existência de órgãos fiscalizadores e controladores do respeito ao referido código na execução das atividades pertinentes a profissão.

Moreira (1999, p. 33) descreve os códigos de ética como documentos escritos que tencionam impactar no comportamento do empregado. As empresas tentam gerenciar e articular a ética por meio de mensagens escritas. O autor caracteriza os códigos como ferramentas gerenciais que visam provocar mudanças.

Quando uma empresa decide adotar uma postura ética em seus relacionamentos é relevante que haja um documento interno chamado Código de Ética e Conduta, o qual define Moreira (1999):

Código de Ética tem a missão de padronizar e formalizar o entendimento da organização empresarial em seus diversos relacionamentos e operações. A existência do Código de Ética evita que os julgamentos subjetivos deturpem, impeçam ou restrinjam a aplicação plena dos princípios. (MOREIRA, 1999, p. 33).

Assim, os códigos de ética e de conduta são mensagens por meio das quais as corporações desejam dar uma forma ao comportamento do empregado, e efetuar mudanças pelas declarações explícitas sobre os comportamentos desejáveis. É fundamental que se tenha presente o código e o mesmo deve fazer parte de um processo, cujo objetivo final é mudar a cultura da empresa.

O capítulo seguinte remete a atuação do secretário executivo no que diz respeito as suas tarefas na estrutura organizacional.

3 ATUAÇÃO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO

Ao buscar na literatura a origem da profissão de Secretariado Executivo, acha-se relação direta com a antiguidade e seus povos, juntamente com a evolução cultural e societal do mundo, onde se destacava o escriba, figura intelectual de prestígio na época. De acordo com Azevedo e Costa (2004), a origem da palavra secretária vem do latim, *secretarium*, *secretum*, significando lugar retirado, particular e secreto; com o passar do tempo, ocorreram mudanças no significado e na grafia desses termos, surgindo, assim, secretária (o). Hoje o nome da profissão é conhecido e atribuído a vários profissionais que executam atividades secretariais, desde as mais antigas, como atender telefone e recepcionar, até as atuais, como gerenciar.

No Brasil, a atuação do secretário executivo começa a ser percebida na estrutura organizacional na década de 1950. Portela e Schumacher (2006) citam que no ano de 1970, foi criada a Associação das Secretárias do Rio de Janeiro, que foi a primeira associação civil. Nonato Júnior (2009) comenta que, na segunda metade do século XX, o crescimento dos profissionais de secretariado ocorreu em conformidade com o desenvolvimento da tecnologia e dos paradigmas da ciência.

Conforme Sabino e Rocha (2004) afirmam, a profissão foi ganhando espaço nas organizações sociais, comerciais e políticas, assumindo diferentes nomenclaturas, mas sempre mantendo duas principais características: administração e escrita. A profissão de Secretário passou por várias transformações desde seu surgimento. Sendo inicialmente exercida por homens (escribas), no século IV a.C. e logo depois na Idade Média por monges e até o século XVIII, era uma profissão unicamente masculina, foi a partir do ano de 1812 que aconteceu o ingresso da 1ª mulher no mercado de trabalho.

Com a qualificação dos profissionais e a atuação cada vez mais estratégica e condizente com as necessidades das organizações, a profissão vem desmistificando o viés tecnicista e basicamente operacional. A partir do ano de 1970 surgiram os primeiros cursos superiores e com estes, mudanças significativas dentro do contexto e estrutura da profissão. A atuação das associações de classe em todo Brasil e seu grande trabalho a favor da regulamentação da profissão, ajudaram a criar uma nova mentalidade nos profissionais.

Porquanto, no ano de 1977, foi criada a Lei nº 1421/77, na qual estipulou a data de 30 de setembro como dia nacional da Secretária, onde serviu de alavanca para que os órgãos representativos da categoria pudessem promover encontros, palestras e congressos com a missão de fortalecer a classe e reivindicar conhecimento da profissão. No final da década de

1970, a atuação do profissional de secretariado torna-se mais dinâmica e abrangente, ganhando respeito nas organizações. Somente em 30 de setembro de 1985, o Presidente Sarney assinou a Lei nº 7.377, que regulamentou a profissão.

Conforme explica Guimarães (2001, p. 25):

[...] a lei, embora definisse os critérios da função secretarial e exigisse formação técnica e aperfeiçoamento cultural para a profissional, também trouxe grandes prejuízos. Ao exigir que só pudesse ser consideradas secretárias (ou secretários) as pessoas que exercessem a profissão há cinco anos ininterruptos ou dez anos intercalados, fecharam as portas a uma grande maioria, pois não previu um período de acomodação da lei. Foi assim que cerca de 90% das pessoas que exerciam a profissão se viram prejudicadas, pois não se enquadravam na nova legislação.

A década de 1980 tornou-se um marco histórico para a profissão pelos importantes avanços: Almir Pazzinato, até então, Ministro de Estado do Trabalho, no uso de suas atribuições legais assina a Portaria nº 3.103/87, a qual concedeu o enquadramento sindical e os sindicatos estaduais, em 1988 a classe ganha força com a criação da (FENASSEC) Federação Nacional de Secretários e Secretárias, e em 1989 foi criado e publicado oficialmente o Código de Ética do profissional de Secretariado Executivo.

Nonato Júnior (2009, p. 51) enfoca que a partir do Código, a categoria secretarial passou a envolver-se mais com a responsabilidade social exigida de todos os sujeitos que fazem parte dos ambientes acadêmicos e organizacionais. As discussões e previsões do inovador, moderno e bem sucedido perfil dos secretários se confirmaram a partir do ano 2000 e a profissão iniciou o novo século com todos os requisitos necessários para atender às exigências do mercado de trabalho.

Vale destacar a evolução nas atribuições do secretário executivo, como se pode perceber na própria legislação da profissão. No art. 3º da lei 6.556, de 05 de setembro de 1978, lê-se o seguinte sobre as atribuições do secretário: a) executar tarefas relativas à anotação e redação, inclusive em idiomas estrangeiros; b) datilografar e organizar documentos; c) outros serviços de escritório, tais como: recepção, registro de compromisso e informações, principalmente junto a cargos diretivos da organização. (BRASIL, 1978).

Complementa Mata (2009, p. 222):

O atual Secretário Executivo personifica um agente de conexão, atuando como interface entre clientes internos e externos, parceiros, fornecedores, gerenciando informações, administrando procedimentos de trabalho, preparando e organizando processos, para que soluções e decisões sejam tomadas com qualidade e foco em resultados.

Bíscoli e Cielo (2004, p. 12), referem-se à transformação da atuação secretarial. O secretário executivo, na atualidade, destaca-se “no papel de assessor gerencial, cujas

habilidades vão desde a gestão de rotinas administrativas até a leitura e gerenciamento das relações organizacionais, através da qual o profissional desenvolve a característica de mediador de relacionamentos”.

3.1 Perfil atual do Secretário Executivo

O perfil do secretário, antes restrito a técnicas e operações simplificadas, hoje engloba atribuições, competências e responsabilidades em nível gerencial, ampliando as possibilidades de atuação nas diferentes estruturas organizacionais. Desde o surgimento da profissão, percebe-se uma grande mudança no perfil profissional do Secretário Executivo. Essa mudança envolve desde a quebra de paradigmas da profissão, onde o Secretário Executivo deixou de ficar ligado apenas à área operacional de uma empresa, ou até mesmo ligado apenas à figura de um executivo, servindo a ele e não à organização, até a evolução na qualificação deste profissional que possibilitou a sua ascensão no mercado de trabalho.

O perfil desse profissional sofreu alterações em virtude das exigências e necessidades do mercado de trabalho. As organizações modernas estão exigindo novos valores, novos parâmetros e novas práticas administrativas. “Em um mundo novo e diferente onde os tradicionais fatores de produção (natureza, capital e trabalho) já esgotaram quase todas as possibilidades devido às tecnologias e aos modernos processos de trabalho, o segredo do sucesso organizacional está nas pessoas” (CHIAVENATO, 2002).

Apesar de antigos conceitos referentes à profissão estarem sendo extintos aos poucos, muitas empresas ainda contratam pessoas para ocupar cargos de atendentes, recepcionistas, telefonistas e as denominam secretários (LAGO, 2003).

O perfil profissional do Secretário Executivo vem se modificando desde a década de 1980, acompanhando as rápidas mudanças tecnológicas, as exigências do mundo do trabalho e aos novos modelos de administração, pois o cenário exige profissionais com habilidades técnicas e humanas, atitudes inovadoras que irão auxiliar os processos de gestão e garantir, a esse novo profissional, competências para o enfrentamento desse mercado cada vez mais competitivo.

De acordo com Torquato (1991, p.155):

Em termos de novas funções, imagino, por exemplo, que a secretária será responsável pela coleta de dados, organização e planejamento do budget e planilhas de custos de alguns serviços, controle de despesas, organização e operacionalização do sistema de informações e bancos de dados computadorizados, assessoria especial aos chefes para tomada de decisões sobre

clima ambiental e reordenamento de estruturas, supervisão de serviços prestados ao departamento, etc.

Nesse contexto de modificações, o secretário tem a responsabilidade da adequada gerência de informações, a capacidade de podá-las e saber precisamente qual informação é viável para cada situação. Por estar constantemente em contato com a informação e sempre buscando-a, esse profissional tem sido alvo da gestão comunicativa na modernidade pela facilidade na administração da mesma.

Guimarães (2001) sinaliza mudanças no perfil do secretário fazendo um paralelo entre as atividades realizadas na segunda metade do século XX e as do início do século XXI conforme pode ser visto no quadro 2.

Quadro 2: As mudanças na atividade secretarial

Atividades realizadas antes	Atividades realizadas hoje
Datilografia	Gerenciamento de sistemas de informação por meio do controle de rotinas automatizadas multimídia (editores de texto, agendas e planilhas eletrônicas, bancos de dados, etc.)
Envio e recebimento de correspondências / Coordenação de viagens	Coordenação de fluxo de informações e de papéis no departamento, muitas vezes encaminhando-os para uma equipe de apoio.
Provisão de material	Coordenação de compras, cotação de materiais com fornecedores alternativos e administração dos custos do departamento.
Atendimento de telefones e visitas	Atendimento com enfoque de qualidade total a clientes internos e externos.
Manutenção de arquivos	Organização de sistemas de dados e informações em arquivos físicos e eletrônicos.
Agendamento de reuniões	Apoio a reuniões, já que os próprios executivos marcam seus compromissos utilizando sistemas informatizados de comunicação interna.

Fonte: Guimarães (2001)

As mudanças conquistadas dentro do âmbito de reconhecimento da profissão de Secretariado Executivo vieram em momentos de grande necessidade, visto que, as organizações vivenciam, agora, de forma mais intensa, novos conceitos e paradigmas gerenciais dentro de suas estruturas oriundas do processo de globalização. E com uma visão mais participativa e com novos modelos administrativos, usando técnicas como a reengenharia, qualidade total, entre outros, causaram mudanças no perfil de vários profissionais, principalmente no papel do secretário, que deixou de lado a situação de servibilidade para tornar-se assessora, atuando juntamente com os executivos.

Hoje é importante que o profissional de secretariado conheça a empresa, seu organograma, seu produto, domine pelo menos dois idiomas, para ficar em condições de tomar decisões, deixando o executivo mais livre para se dedicar a assuntos maiores e mais complexos. Segundo Natalense (1998), em virtude do seu desempenho profissional e de sua capacidade de pensar estrategicamente, o secretário tem-se colocado em um novo patamar, no qual compreende a dinâmica de todos os projetos com os quais o executivo esteja comprometido, sendo-lhe desta forma, delegadas responsabilidades e desafios, com isso o profissional poderá assumir cargos de gestão.

Para Bortolotto e Willers (2005), o secretário executivo possui características que lhe conduzem a um perfil identificado como eclético, polivalente e multifuncional, composto por um conjunto de atributos envolvendo flexibilidade; criatividade; liderança; dinamismo; iniciativa; eficiência; discrição; ética; comprometimento; tomada de decisão e paciência. Portela e Schumacher (2006, p.17) identificam o novo perfil do secretário:

Preocupação com o todo empresarial; preocupação com a produtividade; preocupação com o lucro da empresa; polivalente; negociador; assessoria de forma proativa; trabalhar com estratégia gerencial; conhecedor das teorias das organizações.

Mattos (2000, p. 48) afirma que um dos atributos do secretário é o conhecimento da empresa: “[...] uma secretária precisa conhecer a empresa em que trabalha, estar consciente sobre quais os objetivos que ela almeja atingir, qual a sua área de atuação e quais seus produtos, fornecedores, concorrentes [...]”.

Para Medeiros e Hernandes (2010, p.5):

Da secretária moderna exige-se não só conhecimentos econômicos e técnico-financeiros, como também de comportamento interpessoal e compreensão das pessoas com quem se relaciona. Para bem compreender as pessoas, é necessário colocar-se dentro do mundo psicológico delas.

Segundo Burger (2006), na busca por excelência em desempenho, empresas precisam de secretários com perfil empreendedor. Atualmente esse profissional entende a missão e as políticas da instituição, participa de reuniões, apresenta sugestões de melhorias, enfim, tornou-se um verdadeiro assessor.

3.2 O comportamento ético e a imagem que o Secretário Executivo passa para as organizações e a sociedade

O profissional de Secretariado Executivo é visto pela organização como um canal facilitador de relacionamento entre chefe, seus colaboradores e os diversos e diferentes setores da empresa, e, até mesmo entre empresa e clientes, por isso o secretário deve procurar desenvolver suas habilidades de comunicação como: saber ouvir, saber fazer a pergunta certa no momento certo, além de saber se expressar de forma oral e escrita corretamente.

Segundo Vaz (1995), a imagem é definida como um conjunto de ideias que uma pessoa tem ou assimila a respeito de um objeto e que forma na sua consciência um entendimento particular sobre tal objeto, seja ele um fato, uma pessoa ou uma instituição. Dessa forma, a imagem é uma questão de atitude, de caráter, de formação e de crença.

A imagem do profissional de Secretariado Executivo representa a convergência de dois fenômenos que hoje passam por uma revisão total, “o primeiro é o de auxiliar, que sempre o acompanhou no passado, o segundo é o papel da mulher no mundo trabalhista” (BURGER, 2006, p. 31).

Ao pensar no papel do profissional de Secretariado no contexto de uma sociedade globalizada, vê-se a necessidade de construir outra imagem desse profissional: uma imagem que traga à tona a importância estratégica dele. Se considerarmos a mídia como uma das principais fontes de informações da sociedade globalizada, faz-se necessário repensar como a imagem desse profissional é construída e reconstruída.

Segundo Kellner (2001), a mídia fornece material para que se construam identidades diferenciadas entre os indivíduos, definindo como eles se inserem na sociedade e qual lugar eles ocupam. O profissional de Secretariado Executivo precisa ter a personalidade forte e estruturada para lidar com as diferentes situações e problemas de uma empresa.

Ribeiro (1988, p.95), afirma que “a sua atitude é o reflexo da filosofia da empresa, razão por que jamais pode se manifestar prepotente ou intransigente, quando a organização se pretende ser democrática”. De acordo com Medeiros e Hernandez (1999) percebe-se que, as empresas procuram profissionais que tenham em seu perfil a capacidade de gerenciamento, habilidade para tomar decisões, relacionar-se com todos os níveis hierárquicos, bem como capacidade para entender o negócio e as estratégias da organização. O profissional de hoje, é um solucionador de problemas em quem o executivo confia e delega atividades extremamente importantes.

Freitas (2007) enfatiza que a imagem do profissional de secretariado está sempre relacionada como um “meio e não um fim em si mesma”. A profissão é muito vinculada à beleza e jovialidade, em detrimento ao saber e a competência. De acordo com Montezuma (1960, p.157):

O secretariado teria cooperação das atividades do lar revertidas para o campo profissional, pois a atividade doméstica faria da secretária uma "técnica do lar", sendo, portanto normal estender a organização do trabalho aos setores de sua casa e viceversa. Quiçá por isso a sociedade costuma chamar o empregado doméstico – categoria profissional que tem seu exercício regulamentado por outra lei e atividades – de secretários, em uma tentativa de igualar a sua natureza profissional: a serventia, a humildade e a submissão.

Sendo assim, ao se pensar sobre o lugar e o papel do secretariado no contexto de uma sociedade globalizada, depara-se com a necessidade de se construir uma outra imagem deste profissional. Uma imagem que traga a tona a importância estratégica do mesmo. Deve-se desconstruir a dicotomia existente no conjunto da sociedade entre o profissional e a pessoa.

Essa imagem surge, justamente, através do senso comum, oriundos de manifestações mais adversas, criadas tanto do imaginário popular quanto da criação desse imaginário, ou seja, o indivíduo produz ou reproduz essa criação do outro, onde esse processo é fortemente influenciado pelo background de conhecimentos, pelos estereótipos linguísticos e pelas experiências práticas dos indivíduos (SILVA, 1997).

3.3 Ética na atuação do Secretário Executivo

O profissional de Secretariado Executivo precisa agir em conformidade com os preceitos éticos da profissão e de acordo com os valores éticos universais, como, o respeito, a honestidade, a justiça, a verdade, o combate à violência, e a preservação da dignidade humana.

Não diferente das tantas outras profissões, exige uma postura ética muito grande, isso porque, no conjunto de atividades que devem ser desempenhadas por esses profissionais, encontram-se muitas que requerem um alto grau de discrição, honestidade e clareza, características que se tornam, portanto, imprescindíveis, para os profissionais dessa área.

Para Medeiros (1999), a profissão de Secretário Executivo exige principalmente discrição, pois muitas são as informações que lhe são confiadas e não as pode divulgar. Embora chegue a seu conhecimento notícias sobre o que acontece em toda a empresa, se quiser manter alto grau de profissionalismo e a estima de todos, deverá manter sigilo sobre

tais notícias, principalmente sobre aquelas conhecidas pelo nome de fofoca, por causar intrigas.

Conforme Sabino e Rocha (2004), o comportamento ético do secretário executivo edifica-se através da conjunção de uma série de fatores, iniciando pelo conhecimento profundo dos regulamentos da empresa, sob sua responsabilidade. A consciência do ambiente organizacional, suas normas, seu modelo de comunicação e tramitação dos assuntos são aspectos que exigirão especial atenção na atuação responsável desse profissional.

Para nortear os profissionais a agir dentro da ética, existe um conjunto de deveres e regras a que chamamos de Ética Profissional, que é regido pelo código de ética da profissão. Para Passos (2004), a ética profissional se destina a refletir sobre a conduta dos membros das categorias profissionais, e criar regras para orientá-la, visando garantir a convivência dos profissionais com seus pares, com as demais pessoas que compõem a equipe, deles com seus clientes e com as instituições a que fazem parte.

O código de ética brasileiro prevê que o profissional de Secretariado, incluindo aqueles registrados como assessor, assistente, auxiliar administrativo, deve possuir registro profissional perante a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) ¹. Segundo Moreira (2002, p.33) “o Código de Ética, quando adotado, implantado de forma correta e regularmente obedecido, pode constituir uma prova legal da determinação da administração da empresa, de seguir os preceitos nele refletidos”.

O Código de Ética da profissão de secretariado executivo constitui-se dos direitos fundamentais das secretárias e dos secretários em seu artigo 5º do Capítulo III: a) considerar a profissão como um fim para a realização profissional; b) direcionar seu comportamento profissional, sempre a bem da verdade, da moral e da ética; c) respeitar sua profissão e exercer suas atividades, sempre procurando aperfeiçoamento; d) operacionalizar e canalizar adequadamente o processo de comunicação com o público; f) procurar informar-se de todos os assuntos a respeito de sua profissão e dos avanços tecnológicos, que poderão facilitar o

¹ Federação Nacional das Secretárias e Secretários (FENASSECC). Disponível em: <<http://www.fenassec.org.br/lei.htm>>, Acesso em: 09 jan. 2013.

desempenho de suas atividades; g) lutar pelo progresso da profissão; h) combater o exercício ilegal da profissão; i) colaborar com as instituições que ministram cursos específicos, oferecendo-lhes subsídios e orientações.

A postura ética das organizações permite a criação de uma imagem positiva diante da sociedade, auxiliando na consolidação de sua marca com atributos que transmite credibilidade, segurança, qualidade e responsabilidade social.

Para Sá (2000), muitas são as virtudes que os profissionais precisam ter para desempenhar com eficácia seu trabalho. As virtudes éticas básicas podem ser entendidas como aquelas indispensáveis à realização de um exercício ético competente seja qual for a natureza do serviço prestado. Para o autor, é através das virtudes que se forma a consciência ética estrutural, alicerçando o caráter do homem e com isso, habilitando-o ao êxito profissional.

O seguinte capítulo é abordado a metodologia da pesquisa, onde foi realizada a pesquisa de campo, caracterizando a análise de conteúdo dos escândalos envolvendo secretárias.

4 METODOLOGIA

Pode-se considerar que pesquisar significa buscar respostas para quaisquer indagações e problemas humanos, sejam eles individuais ou coletivos. A pesquisa pode ser vista também como uma atividade eminentemente cotidiana, sendo considerada como uma atitude, um “questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático” (DEMO, 1996, p. 34).

Segundo Gil (2007, p.17), pesquisa é definida como:

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Para Andrade (2003, p.129) “metodologia é um conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”. Estes métodos são caracterizados por um conjunto de etapas utilizadas na investigação de fatos.

Segundo Strauss e Corbin (1998), o método de pesquisa é um conjunto de procedimentos e técnicas utilizados para se coletar e analisar os dados. O método fornece os meios para se alcançar o objetivo proposto, ou seja, são as ferramentas das quais se faz uso na pesquisa. De acordo com Pádua (1996 apud MILANESI, 2004, p.16), “[...] toda pesquisa tem uma intencionalidade, que é a de elaborar conhecimentos que possibilitem compreender e transformar a realidade [...]”.

4.1 Classificação da pesquisa

Gil (2007), afirma que, com base nos objetivos, é possível agrupar a pesquisa em três níveis ou grupos: explicativa, descritiva e exploratória. A pesquisa explicativa, nas ciências naturais, valem-se do método experimental. Nas ciências sociais, recorre-se a outros métodos, sobretudo ao observacional. Entretanto, nem sempre se torna possível a realização de pesquisas rigidamente explicativas em ciências sociais (GIL, 1991).

Segundo Vergara (2000, p.47), a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza.

Silva (2003) destaca que a pesquisa exploratória é realizada em área que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado, consiste no aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada temática e contribui para o esclarecimento de questões superficialmente abordadas sobre o assunto.

Este trabalho, em relação a seus objetivos, enquadra-se como uma pesquisa descritiva, pois registra e descreve concepções éticas e o Código de ética profissional, sem manipular os dados ou fatos, baseado em leitura de livros, artigos científicos e monografias.

A pesquisa descritiva, segundo Barros (1986), é aquela em que o pesquisador observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los, isto é, o pesquisador procura descobrir com que frequência um fenômeno ocorre, sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenômenos.

Quanto aos procedimentos, elaborou-se uma revisão da literatura contendo itens importantes relacionados ao tema, visando sintetizar conteúdos escritos sobre o assunto pesquisado. Esta fase da pesquisa se recolhe informações documentais sobre os conhecimentos já acumulados acerca do objeto da pesquisa.

Para Richardson (2007), a revisão da literatura deve servir para análise crítica das concepções e perspectivas sobre o tema e problema, discutindo proposições, leis, princípios, resultados de pesquisas, etc. Existem dois aspectos do ponto de vista da forma de abordagem do problema para a realização da pesquisa: a pesquisa quantitativa e a qualitativa (RICHARDSON, 1989; ROESCH, 1999).

De acordo com Bryman (1989), enquanto na pesquisa qualitativa a reflexão teórica do pesquisador ocorre durante ou quase no final do processo de coleta, na pesquisa quantitativa o pesquisador já tem conceitos pré-estruturados sobre a realidade que vai ser seu fruto de pesquisa. Neste sentido, quanto a forma de abordagem, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Segundo Silva e Menezes (2000), a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e atribuição de significados são básicos no processo qualitativo. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas.

Segundo Diehl e Paim (2002, p.74):

Os estudos qualitativos podem descrever a complexidade de determinado problema, a interação de certas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de

determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Para Marconi e Lakatos (2005, p.269):

A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências e comportamentos.

A pesquisa qualitativa estimula os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. É utilizada quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação.

4.2 Estratégias de pesquisa

É nesta etapa que serão definidos os objetivos da pesquisa, as hipóteses e determinado qual é o meio de coleta de dados, tamanho da amostra e como os dados serão tabulados e analisados.

A estratégia de pesquisa aqui abordada utilizar-se-á de análise de conteúdo cujo objetivo central é analisar o comportamento das secretárias que se envolveram em escândalos nacionais de corrupção, nos quais tratam do escândalo 1, que relata o caso Mensalão e o envolvimento de Fernanda Karina; escândalo 2 que expõe o caso da Construtora Camargo Corrêa e escândalo 3 no qual aborda o esquema que levou ao impeachment e o caso Paulo César Farias.

Este estudo, no que se refere à análise de conteúdo, toma-se como base a conceituação de Laurence Bardin (2011), bem como as etapas da técnica explicitadas por este autor. Tal escolha se deve a que o autor é um dos mais citados no Brasil em pesquisas que adotam a análise de conteúdo como técnica de análise de dados. Bardin (2006, p. 38) refere que a análise de conteúdo consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

Segundo Bardin (2011), a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.

A análise divide-se em três etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2011).

1) A pré-análise é a fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, em um plano de análise.

Segundo Bardin (2011) esta fase se decompõe em três tarefas:

a) Leitura “flutuante”, que consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações;

b) A escolha dos documentos, o universo de documentos de análise pode ser determinado *a priori*. Com o universo demarcado é muitas vezes necessário proceder-se à constituição de um *corpus*. O *corpus* é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua constituição implica escolhas, seleções e regras, nas quais seguem abaixo as principais regras:

- Exaustividade (todos os aspectos do roteiro devem ser contemplados, deve-se esgotar a totalidade do texto);

- Representatividade (a amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial);

- Homogeneidade (deve obedecer com precisão aos temas);

- Pertinência (os documentos retidos devem ser adequados aos objetivos do trabalho);

c) A formulação das hipóteses e dos objetivos – uma hipótese é uma afirmação provisória que nos propomos verificar (confirmar ou infirmar), recorrendo aos procedimentos de análise. O objetivo é a finalidade geral a que nos propomos (ou que é fornecida por uma instância exterior);

d) Preparação do material, antes da análise propriamente dita, o material reunido deve ser preparado. Trata-se de uma preparação material e, eventualmente, de uma preparação formal (edição).

2) Exploração do material: operação sistemática das decisões tomadas. Esta fase consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas.

3) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos, para um maior rigor, esses resultados são submetidos a provas estatísticas, assim como a testes de validação (BARDIN, 2011).

4.3 Instrumento de Coleta de dados

Esta pesquisa foi desenvolvida através do método de análise de conteúdo. Como esta análise estabelece um método que trabalha os dados coletados, objetivando a identificação do que está sendo dito a respeito de determinado tema (VERGARA, 2005), há a necessidade da descodificação do que está sendo comunicado.

Para a realização deste trabalho foi feita uma análise de conteúdo utilizando-se de matérias em jornais, revistas eletrônicas e vídeos sobre escândalos nacionais de corrupção envolvendo secretárias.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação (Gil, 1999). Confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e ampliar a compreensão de contextos para além do que se pode verificar nas aparências do fenômeno.

Com o objetivo de analisar o comportamento das secretárias envolvidas em escândalos nacionais de corrupção à luz da teoria de Vázquez (1989), realizou-se pesquisas utilizando-se de informações adquiridas em sites da internet, revistas eletrônicas e jornais onde são apresentadas a seguir as notícias, contendo as referidas informações e análises.

A pesquisa será dividida em três partes, a primeira parte abordará o escândalo 1 que relata o caso Mensalão e o envolvimento de Fernanda Karina, a segunda parte o escândalo 2 que expõe o caso da Construtora Camargo Corrêa e a terceira parte será o escândalo 3 no qual aborda o Esquema que levou ao impeachment e o caso Paulo César Farias.

5.1 Escândalo 1: Fernanda Karina Somaggio e o Mensalão

Neste primeiro caso, no que tange a fase de pré-análise, foi baseada em escândalos nacionais de corrupção envolvendo secretárias, este foi o índice norteador da pesquisa que analisou o comportamento ético e moral dessas profissionais.

Foi trabalhado um *corpus* que inclui um jornal, O Estado de São Paulo e três revistas, Isto é Dinheiro, Veja e Época, todos veiculados no ano de 2005.

Para que haja entendimento da participação da ex-secretária, Fernanda Karina Somaggio, no escândalo do Mensalão se faz necessário uma breve explanação do caso, desta forma foi feita uma avaliação através de quadro que segue disposto da seguinte forma: coluna 1 tema central, coluna 2 personagens que compuseram os escândalos e coluna 3 o tipo de envolvimento de cada personagem, a fim de responder os questionamentos propostos pela pesquisa.

Quadro 3 – Envolvidos no escândalo do Mensalão

Tema central	Personagens	Envolvimento
Mensalão	Roberto Jeferson	Denunciou à imprensa a existência do mensalão;

	José Dirceu	Mandante de todo o esquema de corrupção;
	Marcos Valério	Acusado de ser o operador do mensalão;
	Fernanda Karina	Acusou integrantes do governo e do PT de envolvimento com atividades supostamente ilícitas praticadas pelo ex-patrão;
	Maurício Marinho	Flagrado recebendo propina de empresários;
	Sílvio Pereira	Acusado por Roberto Jefferson de ser o gerente do esquema;
	José Genoio	Denunciado por Marcos Valério como fiador de empréstimos do PT no Banco Rural, BMG e no Banco do Brasil;
	Delúbio Soares	Responsável pela distribuição das mesadas aos parlamentares aliados.

Fontes: Jornal O Estado de S. Paulo (2012) e Revista Isto é Dinheiro (2012)

A fase de exploração do material foi analisada através de recorte. O escândalo do mensalão foi a crise de maior repercussão do primeiro mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O estopim da crise ocorreu em maio de 2005, quando um funcionário dos Correios, Maurício Marinho, foi flagrado recebendo propina de empresários. Apadrinhado do então deputado federal Roberto Jefferson (PTB), Marinho passou a ser alvo de investigações. E Jefferson foi acusado de fazer parte do esquema de corrupção dos Correios.

Em nota na Revista Época de 2005, foi informado que o esquema consistia em pagar regularmente aos deputados aliados com uma quantia em dinheiro, de acordo com Jefferson, R\$ 30 mil por mês, para que eles aprovassem as matérias em tramitação no Congresso que fossem a favor do governo Lula.

Fernanda Karina Ramos Somaggio foi secretária do publicitário Marcos Valério, que ficou nacionalmente conhecido como o operador do “mensalão”. A ex-secretária de Valério era a portadora da agenda dos encontros de Valério com o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e o ex-secretário-geral do partido, Silvio Pereira. Foi testemunha ocular de malas de dinheiro e, em depoimento de mais de 12 horas na CPI dos Correios, trouxe a público detalhes do esquema de compra de apoio político no Congresso no início do primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo Vázquez, (1985, p. 10):

A função fundamental da ética é a mesma de toda teoria: explicar, esclarecer ou investigar uma determinada realidade, elaborando os conceitos correspondentes. Por outro lado, a realidade moral varia historicamente e, com ela, variam os seus princípios e as suas normas.

A ex-secretária recorda que documentos foram destruídos, diz que os réus do núcleo operacional (ou publicitário) sabiam o que estavam fazendo e que nunca ouviu menção ao nome do ex-presidente. Discorre sobre as ligações do ex-patrão com membros do PT e sobre o teor das conversas que ele mantinha com esses políticos. Nessa fase do acontecimento, Fernanda Karina atua como testemunha, trazendo a público uma série de ocorrências que ajudam a elucidar os sentidos da crise e da atuação dos agentes nela envolvidos.

Vázquez (2004, p.16) afirma:

Desta maneira temos, pois, de um lado, atos e formas de comportamentos dos homens em face de determinados problemas, que chamamos morais, e, do outro lado, juízos que aprovam ou desaprovam moralmente os mesmos atos. Mas, por sua vez, tanto os atos quanto os juízos morais pressupõem certas normas que apontam o que se deve fazer. Assim, por exemplo, o juízo: ‘Z devia denunciar o seu amigo traidor’, pressupõe a norma ‘os interesses da pátria devem ser postos acima dos da amizade’.

Fernanda Karina mostrou como os integrantes do esquema faziam saques milionários na boca do caixa do Banco Rural. Antes do depoimento, a ex-secretária entregou aos integrantes da CPI cópia da agenda em que fazia anotações desse período. A agenda apontava contatos do publicitário com diversos políticos. Apesar dos momentos de tensão que viveu logo após a eclosão do escândalo, e dos sobressaltos por que passou desde então, Karina garante que denunciaria tudo novamente. “Fiz tudo por patriotismo”, diz ela.

De acordo com Vázquez (1985, p. 10):

Por causa de seu caráter prático [...], tentou-se ver na ética uma disciplina normativa, cuja função fundamental seria a de indicar o comportamento melhor do ponto de vista moral. Assim, o ético tornar-se-ia uma espécie de legislador do comportamento moral dos indivíduos ou da comunidade.

Numa conjuntura de corrupção e desmoralização às leis e aos princípios morais, o interesse público perde relevância em face dos interesses privados de parlamentares e governantes. No que diz respeito ao código de ética e com base nos dados informados, Fernanda Karina Somaggio violou o artigo 6º do código de ética do profissional de Secretariado que diz que: A Secretária e o Secretário, no exercício de sua profissão, deve guardar absoluto sigilo sobre assuntos e documentos que lhe são confiados.

5.2 Escândalo 2: Construtora Camargo Corrêa

Para este caso, foi trabalhado um *corpus* que inclui uma revista, Veja, e um jornal, O Estado de São Paulo, veiculados no ano de 2009.

A Operação Castelo de Areia foi deflagrada na quarta-feira, 25 de março, pela Polícia Federal e atingiu executivos da empreiteira Camargo Corrêa. A operação recebeu este nome por investigar crimes cometidos dentro de uma grande construtora nacional. Segundo a PF, a trama consistia em licitações fraudulentas, obras públicas superfaturadas e remessa de valores desviados do Tesouro para paraísos fiscais, e prendeu os quatro executivos e as duas secretárias da Construtora Camargo Corrêa, são eles: Fernando Dias Gomes, Dárcio Brunato, Pietro Francisco Bianchi e Raggi Badra Neto. E as secretárias Marisa Berti Iaquino (secretaria do Fernando) e Darcy Flores Alvarenga (secretária do Pietro). Também foram presos quatro doleiros. Três do Rio de Janeiro: Jose Diney Mattos, Jadair Fernandes de Almeida e Maristela Brunet. E um de São Paulo: Kurt Paul Pickel.

Para ilustrar as informações mencionadas, foi realizada uma demonstração através do quadro elaborado a seguir:

Quadro 4 – Envolvidos no escândalo Castelo de areia da construtora Camargo Correa

Tema central	Personagens	Envolvimento
Operação Castelo de areia da	Dárcio Brunato	Executivo da empreiteira. Recebeu faxes de doleiros do Uruguai, identificados como Paco e Raul.
	Pietro Francisco Bianchi	Executivo da empreiteira. É apontado como um dos responsáveis por transferências internacionais e por receber, pessoalmente, em hotéis ou estacionamento, recursos provenientes de operações ilegais.
	Darcy Flores Alvarenga	Secretária de Pietro Francisco. Conhecedora acerca das negociações arquitetadas para o suposto cometimento de ilícitos, realizava agendamento de encontros entre Kurt e Pietro. Centralizava os comprovantes de transferências internacionais ilegais.
	Fernando Dias Gomes	Executivo da empreiteira. Mantém "contato pessoal e estreito" com Kurt, segundo a PF. Falam sobre conversão de valores e taxas de dólares, sempre empregando expressões cifradas e nomes de animais para se referir a operações financeiras no

Construtora Camargo Correa		exterior ou a pessoas.
	Marisa Berti Iaquino	Secretária do Fernando Dias. Conhecedora acerca das negociações arquitetadas para o suposto cometimento de ilícitos, realizava agendamento de encontros entre Kurt e Pietro.
	Raggi Badra Neto	Executivo da empreiteira. Ocuparia um "papel secundário" na organização e atuaria na área de licitações da empresa e, para isso, mantinha contatos com outras construtoras e órgãos governamentais.
	Jose Diney Mattos	Doleiro
	Jadair Fernandes	Doleiro
	Maristela Brunet	Doleiro

Fonte: Jornal O Estado de S.Paulo e Folha de S. Paulo (2009)

As secretárias Darcy Flores Alvarenga e Marisa Berti Iaquinto efetivaram os agendamentos de encontros de Pietro Francesco Giavina e Fernando Dias Gomes, diretores da Construtora Camargo Correa, com Kurt Paul, sendo, também, segundo a autoridade policial, conhecedoras do “esquema” engendrado para a consecução de ilícitos diversos. Tudo feito, em tese, de forma a jamais serem alcançadas pela lei penal.

Vázquez (1989) afirma que todo homem possui um senso ético, uma espécie de consciência moral. Ele está constantemente avaliando e julgando suas ações para saber se são boas ou más, certas ou erradas, justas ou injustas.

Diversos diálogos teriam sido captados no sentido de se evidenciar o cuidado ao tratar de certos assuntos por telefones determinados, até mesmo criptografados, mormente os firmados entre os funcionários da Camargo Correa (com maior ênfase por Fernando, Pietro, Dácio, Darcy e Marisa) e o doleiro Kurt, o que revelariam supostas atuações à margem da lei e para dificultar a busca da verdade dos fatos.

O doleiro Kurt Paul em diálogo com a secretária Marisa Berti Iaquinto por meio do telefone, e com a secretária Darcy Flores, se vislumbra que tanto a secretária Marisa quanto Darcy estariam envolvidas nos supostos delitos econômico-financeiros.

Segundo Vázquez (1985, p. 7),

Os homens não só agem moralmente (isto é, enfrentam determinados problemas nas suas relações mútuas, tomam decisões e realizam certos atos para resolvê-los e, ao mesmo tempo, julgam ou avaliam de uma ou de outra maneira estas decisões e esses atos), mas também refletem sobre esse comportamento prático e o tomam como objeto da sua reflexão e de seu pensamento. Dá-se assim a passagem do plano da prática moral para o da teoria moral [...] Quando se verifica esta passagem, que coincide com os inícios do pensamento filosófico, já estamos propriamente na esfera dos problemas teórico-morais ou éticos.

A autoridade policial representou pela decretação da prisão temporária de Marisa Berti Iaquinto e Darcy Flores Alvarenga, que estariam, em tese, vinculadas aos supostos diretores da Camargo Correa, Fernando e Pietro, respectivamente, pois mantiveram estreitos vínculos em suas atividades diuturnas, conforme se extraiu dos monitoramentos telefônicos e telemáticos e das demais atividades desenvolvidas pelas equipes que conduzem a investigação.

Nas últimas informações sobre o caso, que data de 05 de abril de 2011, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou as provas obtidas pela Operação Castelo de Areia a partir de escutas telefônicas autorizadas com base em denúncia anônima, na prática, a Castelo de Areia desmoronou. A decisão atinge em cheio uma das mais espetaculares missões da Polícia Federal contra executivos da Construtora Camargo Corrêa, supostamente envolvidos em um esquema de evasão de divisas, lavagem de dinheiro, crimes financeiros e doações clandestinas a políticos.

Dentre as provas e indícios que devem ser anulados com a decisão do STJ estão conversas telefônicas entre os investigados gravadas com autorização judicial, dados obtidos com a quebra de sigilos bancário e telefônico e as análises feitas no material apreendido nos mandados de busca e apreensão.

Com base nos dados informados, as secretárias infringiram o art. 5º do Código de Ética do profissional de Secretariado Executivo que constitui-se dos deveres fundamentais das Secretárias e Secretários: combater o exercício ilegal da profissão.

5.3 Escândalo 3: Esquema que resultou no Impeachment

Este caso foi trabalhado um *corpus* que inclui o livro *A República na lama* do ano de 1992, do autor José Nêumanne Pinto, e as revistas *Veja* e *IstoÉ* veiculadas no ano de 1989 e 2009, respectivamente.

Dispostos no quadro 5 os envolvidos na CPI do caso Paulo César Farias:

Quadro 5 – Envolvidos no esquema que resultou no Impeachment

Tema central	Personagens	Envolvimento
Esquema que resultou no Impeachment	Ana Maria Acioli	Secretária de Fernando Collor, tinha várias contas com nomes diferentes, onde eram depositados cheques fantasmas.
	Cláudio Vieira	Secretário de Fernando Collor, era um dos homens mais poderosos da República enquanto secretário particular de Collor. Não só administrava a vida pessoal do ex-presidente como também geria a conta bancária fantasma pela qual transitaram mais de 10 milhões de reais doados para sua campanha. Fingiu o empréstimo do Uruguai.
	Maria Isabel Teixeira	Secretária de Rosane Collor, usou depósitos fantasmas em sua conta para pagar despesas da Casa da Dinda.
	Marta Vasconcelos	Secretária de Paulo César Farias, fingiu total ignorância, mas enviava dinheiro a Ana Acioli.
	Rosinete Melanias	Secretária de Paulo César Farias, assinava por vários fantasmas.
	Sandra Fernandes de Oliveira	Secretária de Alcides dos Santos Diniz, denunciou à CPI que o empréstimo obtido pelo ex-secretário do Presidente Collor no Uruguai era uma farsa.

Fonte: Disponível em www.fenassec.com.br. Acesso em 20 jul.2013.

Em maio de 1992, o Brasil descobriu a existência de um esquema de corrupção abrigado no coração da presidência de Fernando Collor de Mello. O economista Paulo César Farias, o PC, ex-tesoureiro da campanha de Collor ao Planalto, recebia propina de empresários interessados em negociar com o governo, ficava com 30% do dinheiro arrecadado e repassava o restante ao presidente. Firms fantasmas foram criadas para emitir notas fiscais frias. Estima-se que o esquema tenha movimentado, por baixo, 350 milhões de dólares.

A secretária particular de Collor, Ana Maria Acioli Gomes de Mello, foi acusada de pagar as contas da Casa da Dinda com dinheiro de Paulo César Farias. O dinheiro, depositado numa agência do Banesa em Brasília, provinha de São Paulo e a ordem para os depósitos era dada por uma secretária de Paulo César Farias, Rosinete Melanias, conhecida e citada como Rose. Para complicar a situação, a conta estava aberta em nome de Maria Gomes, dois dos prenomes da secretária. A acusação foi feita pelo motorista Eriberto Freire de França,

que trabalhara com a secretária, aos repórteres Augusto Fonseca e João Santana Filho, da Revista IstoÉ.

Discorre Vázquez (2004, p.78) sobre a moral:

O ato moral supõe um sujeito real dotado de consciência moral, isto é, da capacidade de interiorizar as normas ou regras de ação estabelecidas pela comunidade e de atuar de acordo com elas. A consciência moral é, por um lado, consciência do fim desejado, dos meios adequados para realizá-lo e do resultado possível; mas é, ao mesmo tempo, decisão de realizar o fim escolhido, pois a sua execução se apresenta como uma exigência ou um dever.

Ana Maria Acioli movimentou US\$ 500 mil em meio ano informou que não tinha a menor ideia de quem depositava tanto dinheiro na sua conta no banco. Fernando Collor mostrou uma carta de Ana Acioli na qual ela afirma que, para cobrir as despesas pessoais de Collor, solicitava "recursos, apenas, tão-somente e exclusivamente, ao doutor Cláudio Vieira". Não é assim. A conta da secretária de Collor era abastecida por várias pessoas, e, segundo a CPI apurou, Cláudio Vieira não estava entre elas.

No depoimento que durou três horas e foi muito tenso, de acordo com a descrição dos jornais, Ana Acioli contou ter assinado duas fichas cadastrais com nomes e assinaturas diferentes para sua conta no Bancesa, em Brasília, “para evitar maledicências”. Da mesma forma, ela teria dito, segundo Gama, ter seguido um conselho do gerente do banco para abrir conta com a qual manipulava despesas da residência do presidente com o nome de Maria Gomes, para diferenciar de sua própria conta particular, em seu nome completo (Ana Maria Acioli Gomes de Mello). “Ela disse que queria um nome mais discreto e afirmou que não sabe nada dos cheques depositados”, disse Benito Gama.

Através dos dados informados pôde-se chegar a conclusão de que as secretárias envolvidas neste escândalo infringiram o art. 5º do capítulo III do Código de Ética do profissional de Secretariado Executivo que constitui-se dos Deveres Fundamentais: direcionar seu comportamento profissional, sempre a bem da verdade, da moral e da ética e o tópico que informa que o profissional deve combater o exercício ilegal da profissão. Quanto ao sigilo profissional foi violado o Art. 7º do capítulo IV do Código de Ética que diz: É vedado ao Profissional assinar documentos que possam resultar no comprometimento da dignidade profissional da categoria.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ética, mais atualmente do que nos antepassados, tem sido o principal fator do desenvolvimento histórico-cultural da humanidade, e é bastante comum ser confundida com moral. Compreende-se por moral o conjunto de regras de condutas assumidas livre e conscientemente pelos indivíduos, com a finalidade de organizar as relações interpessoais, segundo os valores do bem e do mal ao passo que a ética é mais abstrata, constituindo a parte da filosofia que se ocupa com a reflexão sobre as noções e os princípios que fundamentam a vida moral. Para se agir de forma ética, precisa-se respeitar além dos nossos próprios limites, os limites de outras pessoas à nossa volta.

Neste trabalho, alcançaram-se os objetivos geral e específicos estabelecidos. No objetivo geral foi possível analisar o comportamento das secretárias envolvidas nos escândalos, no qual se chegou a conclusão de que as secretárias não agiram ética e nem moralmente.

A partir dos objetivos específicos, onde o primeiro foi atingido pois através da análise observou-se que as secretárias não agiram eticamente, pois as mesmas tinham o conhecimento do trabalho que estavam executando e cabia avaliar se o seu comportamento perante o ocorrido era certo ou errado podendo ter a escolha de seguir adiante ou sair do esquema.

Quanto ao segundo objetivo específico, através das informações adquiridas analisou-se que o comportamento moral das secretárias, no qual afirma-se que é o conjunto de convicções e pautas de conduta que costuma constituir a base para os juízos morais que cada um faz das outras pessoas e de si mesmo, não foi de acordo com os preceitos de conduta da profissão, pois as mesmas sabiam do crime e ainda assim compactuaram.

E para finalizar, o último objetivo foi atingindo onde foi possível identificar quais artigos do Código de Ética do profissional de Secretariado Executivo foram violados, que foram os artigos 6º que diz: a secretária e o secretário, no exercício de sua profissão, deve guardar absoluto sigilo sobre assuntos e documentos que lhe são confiados, e o artigo 5º, que fala: combater o exercício ilegal da profissão.

A seguinte pesquisa respondeu a pergunta do trabalho que diz: qual comportamento das secretárias envolvidas em escândalos nacionais de corrupção? Quando na análise de conteúdo pôde-se perceber que as profissionais envolvidas não agiram ética e moralmente violando assim alguns artigos do código de ética.

Nesse contexto, este estudo visou analisar como os profissionais agiram ética e moralmente mediante situações embaraçosas causadas pelo grau de relacionamento com seus executivos, visto que, um dos principais quesitos para o profissional de Secretariado Executivo é agir eticamente e com discrição. Esta ética deve ser específica, dividida em ramos, para melhor analisar cada situação, sendo um bom exemplo disso os códigos éticos para as distintas profissões. Isto acontece porque deveria ser entendido que as ações têm consequências não só para si, mas também para o próximo, e que estas não podem ser encaradas só de um ponto de vista. Este comportamento das secretárias pode gerar uma deturpação a imagem do profissional, o que poderia acontecer em qualquer profissão.

A pesquisa de campo ficou limitada quanto à falta de informações detalhadas voltadas diretamente para o envolvimento das Secretárias, pois a principal dificuldade encontrada para realização da análise de conteúdo foi encontrar material como notícias, informações e vídeos que abrangessem os dados das pessoas com envolvimento secundário e não o caso como um todo.

Baseado no estudo bibliográfico e na pesquisa, o resultado representa a grande necessidade de os profissionais agirem sempre a favor da verdade, da moral e da ética, e se manterem informados quanto ao Código de Ética da profissão.

Como proposta de continuidade ao presente estudo, sugere-se que seja feita novas análises de conteúdo para verificar o ponto de vista ético e moral e a visão crítica de cada escândalo, e assim fazer uma comparação com outros tipos de limitações.

O profissional de Secretariado Executivo é quem estabelece a sua valorização, através de suas atitudes e valores, levando-o a refletir sobre suas ações, que, por sua vez, implica pensar eticamente antes de agir e decidir, visto que, é imprescindível refletir sobre o seu papel mediante as questões de valores morais, nas quais uma base ética torna-se necessária para limitar quaisquer tipos de erro. Diante dessa conclusão, este estudo se justifica por causar uma discussão acerca do assunto investigado, gerando conhecimento e criando novas indagações acerca do tema abordado.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M.M. de. **Introdução à metodologia do trabalho**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- ARANHA M.L.A., MARTINS M.H.P. **Filosofando**: introdução à filosofia. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1993.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- _____. **Ética a Nicômaco**. Tradução Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- _____. **Ética a Nicômaco**. 4 ed. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília - UNB, 2001.
- ARRUDA, M.C. C.; WHITAKER, M. C.; RAMOS, J.M.Rodriguez. **Fundamentos de Ética Empresarial e Econômica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- ASHLEY, P. A. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- AZEVEDO, Ivanize; COSTA, Sylvia Ignacio. **Secretária**: um guia prático. 4. ed. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2004.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 4ª ed. São Paulo: Edições 70, 2006.
- _____. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, A.J.P de. **Fundamentos de Metodologia**. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.
- BÍSCOLI, F. R. V.; CIELO, I. D. Gestão organizacional e o papel do Secretário Executivo. **Expectativa**, v. 3, 2004.
- BITTENCOURT, Cláudia. **Gestão Contemporânea de Pessoas: Novas Práticas, Conceitos Tradicionais**. Porto Alegre: Bookman, 2007.
- BORTOLOTTO, M. F. P.; WILLERS, E. M. Profissional de secretariado executivo: explanação das principais características que compõem o perfil. **Revista Expectativa**, v.4, Paraná, 2005.
- BURGER, Regina Coeli. **Secretariar – Uma nova abordagem: comportamentos, posturas e perfil empreendedor**. Brasília: Conhecimento Editora, 2006.

BRYMAN, Alan. **Research methods and organization studies**. London: UnwinHyman, London, 1989.

BRASIL. Lei nº 6.556, de 05 de setembro de 1978. **Dispõe sobre a atividade de Secretário e dá outras providências**. Brasília, DF: Senado. Disponível em: www.sisergs.com.br/leis. Acesso em: dezembro/2012.

CHALITA, Gabriel. **Os Dez Mandamentos da Ética**. 6 ed. Editora Nova Fronteira, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 5.e 13 ed. São Paulo: Ática, 1996.

_____. **Convite à Filosofia**. 5.e 13 ed. São Paulo: Ática, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. **Construção de talentos**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

DIEHL, A.A.; PAIM, Denise Carvalho Tatim. **Metodologia e técnica de pesquisa em ciências sociais e aplicadas (uma proposta de estudo)**. Passo Fundo: Clio Livros, 2002.

DURKHEIM, Émile. Educação Moral. **In: Educação Sociologia e Moral**. Lisboa, 2001.

FENASSEC. Federação Nacional das Secretárias e Secretários. **Código de Ética do Profissional de Secretariado**. Disponível em: http://www.fenassec.com.br/b_osecretariado_codigo_etica.html. Acesso em: 20 de julho 2013.

FERREL, O. C. **Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Reichman e Affonso, 2001.

FREITAS, Karine. **O lugar da Secretária: implicações históricas de gênero no trabalho e imagem da profissão**. In. I Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho. Natal: 2007. Disponível em: www.fenassec.com.br. Acesso em 10 de janeiro 2013.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GUIMARÃES, Márcio E. **O livro azul da secretária moderna**. 19 ed. São Paulo: Érica, 2001.

GRIMALDI, Nicolas. **Sócrates, o feiticeiro**. Editora: Edições Loyola. 2006.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru - SP:Edusc, 2001.

KOHLBERG, L. **The relation between moral judgment and moral action**. New York: Wiley, 1984.

LAGO, G.A.R.do. **Secretário Executivo: Uma nova perspectiva profissional**. Monografia Graduação em Secretariado Executivo Trilíngüe. Faculdades Integradas Claretianas. Rio Claro, 2003.

LAROUSSE.Nova Cultural Ltda, Impressão Plural Ed. e Gráfica. Vols. 17 e 10, 1995.

MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MATA, M. A. **O papel do secretário executivo na estrutura organizacional e na condução das relações humanas**. Cuiabá: Adptus, 2009.

MATTOS, Vera. **Super secretária**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2000.

MEDEIROS, João Bosco; HERNANDES, Sonia. **Manual da Secretária**. 7. ed. São Paulo, Atlas, 1999.

_____. **Manual da Secretária**. 7. ed. São Paulo, Editora: Atlas, 2010.

MILANESI, Irton. **A interdisciplinaridade no cotidiano dos professores: avaliação de uma proposta curricular de estágio**. Campinas, SP: 2004. Disponível em: <www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 20 de julho de 2013.

MONTEZUMA, Helena. **Manual da secretária moderna**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1960.

MOREIRA, Joaquim Manhães. **A ética empresarial no Brasil**. São Paulo, Editora Pioneira, 1999.

_____. **A ética empresarial no Brasil**. São Paulo, Editora Pioneira Thomson Leatning, 2002.

NATALENSE, E.M.L.C. **Secretária Executiva: manual prático**. São Paulo: IBO, 1998.

NONATO JÚNIOR, Raimundo. **Epistemologia e teoria do conhecimento em secretariado executivo: a fundação das ciências da assessoria**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

PASSOS, Elizete. **Ética nas Organizações**. São Paulo, Atlas, 2004.

PESSANHA, J.A .M. **Coleção Os Pensadores – Sócrates**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

PINTO, José Nêumane. **A República na Lama, Uma tragédia brasileira**. 1ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 1992.

PORTELA, Keyla Christina Almeida; SCHUMACHER, Alexandre José. **Ferramentas do Secretário Executivo**. São Paulo: Viena, 2006.

RAIBORN, C.A. e PAYNE, D. **Corporate codes of conduct: A collective conscience and continuum.** Journal of Business Ethics, v.9, n.11. 1990.

RIBEIRO, Nilzenir de Lourdes Almeida. **Secretariado: do escriba ao gestor.** 2. Ed. São Luis: Sicinga, 1988.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

_____. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3 Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROESCH, S.M.A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertação e estudo de caso.** São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, A.Lopes de. **Ética profissional.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Ética profissional.** 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SABINO, R.F.; ROCHA, F. G. **Secretariado: do escriba ao webwriter.** Rio de Janeiro, Brasport, 2004.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** LED / UFSC. Florianópolis, 2000.

SILVA, S.L.Pereira da. O senso comum e as representações sociais. In: _____. **Imagens de Reconhecimento e de conflito: um estudo sociológico das representações sociais da política.** Recife: UFPE, 1997. Cap. 2, p. 18-35. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro. **Metodologia da Pesquisa aplicada à Contabilidade.** São Paulo:Atlas, 2003.

SROUR, H.S. **Ética Empresarial.**8 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

STRAUSS, A., CORBIN, J. **Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory.** 2 ed. London, SAGE Publications, 1998.

TEIXEIRA, Nelson Gomes. **A Ética no Mundo da Empresa.** São Paulo: Pioneira, 1991.

TORQUATO, G. **Cultura, poder, comunicação e imagem: fundamentos da nova empresa.** São Paulo: Pioneira, 1991.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é Ética.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

VAZ, Gil Nuno. **Marketing institucional: o mercado de idéias e imagens.** São Paulo: Pioneira, 1995.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética.** 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

_____. **Ética.** 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Ética**. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. **Ética**. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VERGARA, Sylvia C. **Método de pesquisa em administração**. 4^a ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ANEXOS

ANEXO A – CÓDIGO DE ÉTICA DO PROFISSIONAL DE SECRETARIADO EXECUTIVO

Publicado no Diário Oficial da União de 7 de julho de 1989.

Capítulo I

Dos Princípios Fundamentais

Art.1º. - Considera-se Secretário ou Secretária, com direito ao exercício da profissão, a pessoa legalmente credenciada nos termos da lei em vigor.

Art.2º. - O presente Código de Ética Profissional tem por objetivo fixar normas de procedimentos dos Profissionais quando no exercício de sua profissão, regulando-lhes as relações com a própria categoria, com os poderes públicos e com a sociedade.

Art.3º. - Cabe ao profissional zelar pelo prestígio e responsabilidade de sua profissão, tratando-a sempre como um dos bens mais nobres, contribuindo, através do exemplo de seus atos, para elevar a categoria, obedecendo aos preceitos morais e legais.

Capítulo II

Dos Direitos

Art.4º. - Constituem-se direitos dos Secretários e Secretárias: a) garantir e defender as atribuições estabelecidas na Lei de Regulamentação; b) participar de entidades representativas da categoria; c) participar de atividades públicas ou não, que visem defender os direitos da categoria; d) defender a integridade moral e social da profissão, denunciando às entidades da categoria qualquer tipo de alusão desmoralizadora; e) receber remuneração equiparada à dos profissionais de seu nível de escolaridade; f) ter acesso a cursos de treinamento e a outros Eventos/Cursos cuja finalidade seja o aprimoramento profissional; g) jornada de trabalho compatível com a legislação trabalhista em vigor.

Capítulo III

Dos Deveres Fundamentais

Art.5º. - Constituem-se deveres fundamentais das Secretárias e Secretários: a) considerar a profissão como um fim para a realização profissional; b) direcionar seu comportamento profissional, sempre a bem da verdade, da moral e da ética; c) respeitar sua profissão e exercer suas atividades, sempre procurando aperfeiçoamento; d) operacionalizar e canalizar adequadamente o processo de comunicação com o público; e) ser positivo em seus pronunciamentos e tomadas de decisões, sabendo colocar e expressar suas atividades; f) procurar informar-se de todos os assuntos a respeito de sua profissão e dos avanços tecnológicos, que poderão facilitar o desempenho de suas atividades; g) lutar pelo

progresso da profissão; h) combater o exercício ilegal da profissão; i) colaborar com as instituições que ministram cursos específicos, oferecendo-lhes subsídios e orientações.

Capítulo IV

Do Sigilo Profissional

Art.6º. - A Secretária e o Secretário, no exercício de sua profissão, deve guardar absoluto sigilo sobre assuntos e documentos que lhe são confiados.

Art.7º. - É vedado ao Profissional assinar documentos que possam resultar no comprometimento da dignidade profissional da categoria.

Capítulo V

Das Relações entre Profissionais Secretários

Art.8º. - Compete às Secretárias e Secretários: a) manter entre si a solidariedade e o intercâmbio, como forma de fortalecimento da categoria; b) estabelecer e manter um clima profissional cortês, no ambiente de trabalho, não alimentando discórdia e desentendimento profissionais; c) respeitar a capacidade e as limitações individuais, sem preconceito de cor, religião, cunho político ou posição social; d) estabelecer um clima de respeito à hierarquia com liderança e competência.

Art.9º. - É vedado aos profissionais: a) usar de amizades, posição e influências obtidas no exercício de sua função, para conseguir qualquer tipo de favoritismo pessoal ou facilidades, em detrimento de outros profissionais; b) prejudicar deliberadamente a reputação profissional de outro secretário; c) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro, contravenção penal ou infração a este Código de Ética.

Capítulo VI

Das Relações com a Empresa

Art.10º. - Compete ao Profissional, no pleno exercício de suas atividades: a) identificar-se com a filosofia empresarial, sendo um agente facilitador e colaborador na implantação de mudanças administrativas e políticas; b) agir como elemento facilitador das relações interpessoais na sua área de atuação; c) atuar como figura-chave no fluxo de informações desenvolvendo e mantendo de forma dinâmica e contínua os sistemas de comunicação.

Art.11º. - É vedado aos Profissionais: a) utilizar-se da proximidade com o superior imediato para obter favores pessoais ou estabelecer uma rotina de trabalho diferenciada em relação aos demais; b) prejudicar deliberadamente outros profissionais, no ambiente de trabalho.

Capítulo VII

Das Relações com as Entidades da Categoria

Art.12º. - A Secretária e o Secretário devem participar ativamente de suas entidades representativas, colaborando e apoiando os movimentos que tenham por finalidade defender os direitos profissionais.

Art.13º. - Acatar as resoluções aprovadas pelas entidades de classe.

Art.14º. - Quando no desempenho de qualquer cargo diretivo, em entidades da categoria, não se utilizar dessa posição em proveito próprio.

Art.15º. - Participar dos movimentos sociais e/ou estudos que se relacionem com o seu campo de atividade profissional.

Art.16º. - As Secretárias e Secretários deverão cumprir suas obrigações, tais como mensalidades e taxas, legalmente estabelecidas, junto às entidades de classes a que pertencem.

Capítulo VIII

Da Obediência, Aplicação e Vigência do Código de Ética

Art.17º. - Cumprir e fazer cumprir este Código é dever de todo Secretário.

Art.18º. - Cabe aos Secretários docentes informar, esclarecer e orientar os estudantes, quanto aos princípios e normas contidas neste Código.

Art.19º. - As infrações deste Código de Ética Profissional acarretarão penalidades, desde a advertência à cassação do Registro Profissional na forma dos dispositivos legais e/ou regimentais, através da Federação Nacional das Secretárias e Secretários.

Art.20º. - Constituem infrações: a) transgredir preceitos deste Código; b) exercer a profissão sem que esteja devidamente habilitado nos termos da legislação específica; c) utilizar o nome da Categoria Profissional das Secretárias e/ou Secretários para quaisquer fins, sem o endosso dos Sindicatos de Classe, em nível Estadual e da Federação Nacional nas localidades inorganizadas em Sindicatos e/ou em nível Nacional.

ANEXO B – REPORTAGEM DA REVISTA VEJA SOBRE ESCÂNDALO DO MENSALÃO

Brasil

O QUE SERÁ QUE ELE SABE?

A operação anti-CPI falhou. E Jefferson já disse que, se sentar no banco dos réus, três petistas sentarão junto: José Dirceu, Delúbio Soares e Silvio Pereira

Otávio Cabral

Em seu esforço para impedir a criação da CPI dos Correios, o Palácio do Planalto apoiou para o arsenal tradicional do presidencialismo brasileiro: ameaças, cargos e dinheiro. Um recurso em particular, no entanto, chamou atenção: as súplicas dirigidas ao presidente do PTB, o deputado Roberto Jefferson, aquele que diminuiu o esboço mas cujo apetite aumentou. Na segunda-feira à noite, os ministros Aldo Rebelo e José Dirceu foram ao apartamento de Jefferson, na Asa Norte de Brasília, mas o deputado, irritado com os governistas, não os deixou subir. Na manhã do dia seguinte, os dois voltaram a procurar Jefferson, mas de novo não foram autorizados a ir ao apartamento. Na tarde de terça-feira, a empregada de Jefferson, sem saber que os ministros estavam proble-

dos de subir e com o patrião ocupado tomando banho, inadvertidamente deixou Aldo Rebelo e José Dirceu entrarem no apartamento. Jefferson recebeu-os em sua sala e desfiou um agressivo rodízio de reclamações. Disse que estava sendo abandonado pelo governo, que o governo sabia de tudo que ele, Jefferson, vinha fazendo e que, agora, ainda tinha de agüentar calado o discurso de José Genoino, presidente do PT, segundo o qual o governo precisava se empenhar em "requalificar" sua base de apoio.

Num dado momento, Roberto Jefferson dirigiu-se ao ministro José Dirceu e repetiu o que já dissera a um aliado no café-da-manhã daquele dia: "Na cadeira em que eu sentar na CPI, também vão sentar você, o Delúbio e o Silvínio", afirmou. Jefferson estava se referindo ao tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e ao secretário-geral do partido, Silvio Pereira. Os dois participaram mais direta-

te da distribuição de cargos federais aos aliados. Há duas semanas, a mesma preocupação de que uma CPI séria pudesse pegar "Delúbio e Silvínio" foi estenada pelo ministro José Dirceu a um aliado. O fato é que, depois de ouvir tudo o que Jefferson tinha a dizer, Aldo Rebelo e José Dirceu imploraram ao deputado para que retirasse sua assinatura do pedido de CPI e orientasse os outros dezesseis parlamentares do PTB a fazer o mesmo. Encerrado o encontro, Jefferson comentou a postura dos ministros: "Só falhou eles se ajoelharem aos meus pés". Mas por que o governo se agarrou tanto ao PTB de Roberto Jefferson, mais até do que ao aliado de primeira hora, o PL do vice-presidente? O que Roberto Jefferson sabe que tanto apavora o PT?

Já surgiram indícios de que o PT também tinha al-

Jefferson, presidente do PTB: querem varrê-lo para debaixo do tapete



48 1º de junho, 2005 veja

Fonte: Revista Veja (2005).

ANEXO C – REPORTAGEM DA REVISTA VEJA SOBRE A CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA



Brasil

ESQUERDA E DIREITA
Fábio Pontella, um dos donos da Camargo Corrêa, fica mais uma vez claro que propina não tem ideologia

VOCAÇÃO O MULTIPARTIDÁRIA

A empreiteira Camargo Corrêa é suspeita de pagar propina a integrantes de sete partidos políticos: PCdoB, PSB, PT, PMDB, PSDB, PR e DEM

FÁBIO PONTELLA

A Camargo Corrêa, uma das maiores empreiteiras do Brasil, sempre se declarou apartidária. Com isso, queria dizer que jamais colocaria seu peso empresarial — e sua milionária conta bancária — a serviço do projeto de poder deste ou daquele partido político. Mas, a julgar pelas informações já reveladas pela Operação Castelo de Areia, da Polícia Federal (PF), o termo apartidário não se aplica. A Camargo Corrêa é, aparentemente, uma empresa multipartidária. Parece sempre disposta a abrir seus cofres para auxiliar qualquer político que lhe bata à porta. Independentemente da coloração partidária — desde que, claro, possa cobrar no futuro uma retribuição, na forma de novos contratos para realizar obras públicas. É o ciclo vicioso da corrupção. Segundo informações da Operação Castelo de Areia, revelada na semana passada pelo Ministério Público Federal, a Camargo Corrêa é suspeita de ter pago propina a integrantes de sete partidos. Da esquerda para a direita, são eles: PCdoB, PSB, PT, PMDB, PSDB, PR e DEM. O dinheiro teria sido entregue a deputados, senadores e funcionários públicos. A lista da propina, com os nomes dos supostos beneficiários, estava em um pen drive que pertencia a um dos diretores da empreiteira, Pietro Bianchi.

Os indícios do propinoduto são tão concretos que o Ministério Público pediu à Justiça a abertura de novas frentes de investigação, para esmiuçar a execução de catorze grandes obras públicas tocadas pela empresa. Já é possível ligar alguns nomes que aparecem na lista da propina às obras, mas é preciso aprofundar o trabalho. VEJA analisou os oito maiores projetos citados pelo Ministério Público. Todos têm orçamentos milionários (veja o quadro). Na maioria, a Camargo Corrêa receberá muito mais pelo trabalho do que o que havia sido acertado inicialmente. Por exemplo: as

eclicas de Tucuruí começaram custando 230 milhões de reais, mas seu preço final ficará em 883 milhões de reais. Só se consegue esse aumento contando com a boa vontade de políticos e servidores dos órgãos encarregados de fiscalizar o projeto. Há também casos em que o Tribunal de Contas da União (TCU) descobriu indícios de sobrepreço. Um deles é o do metrô de Fortaleza, no qual foram apontados gastos de 133 milhões de reais sem justificativa.

Os problemas da Camargo Corrêa não se esgotam aí. Três de seus diretores devem responder a processos de evasão de divisas e lavagem de dinheiro, por terem enviado milhões de reais ilícitamente ao exterior. Além disso, a empresa será investigada pela tragédia do metrô de São Paulo. Em 2007, as obras de uma das estações ruíram, abrindo uma cratera gigantesca e matando sete pessoas. Suspeita-se que a empreiteira tenha dado propina a policiais e a um membro do Ministério Público que investigavam o acidente, para não ser responsabilizada pela tragédia.

Por fim, há outras listas que podem se referir a outros pagamentos escusos e ainda serão escrutinadas. Em uma delas, o nome do presidente da Câmara, Michel Temer, do PMDB, aparece 21 vezes, ao lado de quantias que somam 345.000 dólares. Diante de tudo isso, a empresa reclama do fato de não ter acesso a todos os documentos, gravações telefônicas, filmagens e arquivos de computador que sustentam a Operação Castelo de Areia e divulgou uma nota oficial: "A Camargo Corrêa está convicta da licitude da sua conduta e espera ter acesso a essas informações para que possa fazer sua defesa, direito que constitui base fundamental de um Estado democrático". Certamente a empreiteira tem o direito de conhecer os detalhes da operação para se defender quando for denunciada pelo Ministério Público, o que parece ser apenas questão de tempo. Mas a montanha de evidências que se avolumam contra ela é impressionante. Além de multipartidária, ela terá de ser "multiconvencida" para se livrar de todas as acusações.





AS OBRAS SOB SUSPEITA

O Ministério Público Federal encontrou indícios fortes de que a Camargo Corrêa superfaturava o valor de diversas obras públicas e usava esse dinheiro "extra" para pagar propina a autoridades, como deputados, senadores e até premeiros de Justiça

OBRA	PONTE PAULICEIA	AEROPORTO DE VITÓRIA	METRÔ DO RIO DE JANEIRO	BR-100 – NOROESTE	IGLUJAS DE TUCURUÍ	METRÔ DE FORTALEZA	METRÔ DE SÃO PAULO	RODOANEL
VALOR	165 milhões de reais	300 milhões de reais	715 milhões de reais	751 milhões de reais	883 milhões de reais	1,2 bilhão de reais	3 bilhões de reais	3,6 bilhões de reais
HISTÓRICO	A ponte, que liga São Paulo a Mato Grosso do Sul, começou a ser feita em 1998, mas as obras pararam por falta de recursos. Em 2007, o governo federal, que não estava no projeto, topou bancar a parte que faltava	A Camargo Corrêa venceu a licitação, mas alterou o projeto aprovado. Incluiu mudanças que o encareceram em 90 milhões de reais. A irregularidade levou à ruptura do contrato	O TCU detectou sobrepreço de 57 milhões de reais na obra, principalmente na compra de barras de aço. A Camargo Corrêa integra um consórcio com outras três empreiteiras: Andrade Góes, CAS e CBPO	Segundo auditores do TCU, houve sobrepreço de 122 milhões de reais no trecho da obra que cruza Pernambuco. A Camargo Corrêa realiza a duplicação de 40 quilômetros, entre Ribeirão e Cabedelo	A obra, de 230 milhões de reais, foi suspensa em 1999 por irregularidades. O projeto voltou a ser tocado em 2006, com valor quadruplicado. Para o Ministério Público, houve desvio de, pelo menos, 7 milhões de reais	Uma série de conexões e ativos fez o valor original — de 357 milhões de reais — aumentar 236%. Neste ano, o TCU detectou sobrepreço de 133 milhões de reais no projeto	Em 2007, um desabamento nas obras da Estação Princesas, na Linha 4 do metrô, abriu uma cratera de 80 metros de diâmetro e causou a morte de sete pessoas. Suspeita-se, agora, que a Camargo Corrêa tenha subornado pessoas que trabalhavam na investigação da tragédia, para não ser responsabilizada	As empreiteiras alteraram o projeto original para aumentar os custos, mas embolsaram o dinheiro economizado, o que é ilegal. A Camargo Corrêa cuida do lote 4 do trecho Sul, orçado em 500 milhões de reais
QUEM TERIA RECEBIDO PROPINA	Edson Aparecido, deputado federal do PSDB, e um representante do PMDB	Renato Casagrande, senador do PSB	Um secretário de estado	Funcionários do Dnit	Ailhemar Palocci, diretor da Eletrosul, um funcionário do Dnit e um membro do TCU	Inácio Arruda, senador do PCdoB, e um deputado federal do PCdoB	Policiais, promotores de Justiça, um deputado federal do PSDB, uma representante do PT e Eduardo Bittencourt e Roque Cidral, do Tribunal de Contas do Estado	Valdemar Costa Neto, deputado federal do PR, e Paulo Souza, diretor da Delta

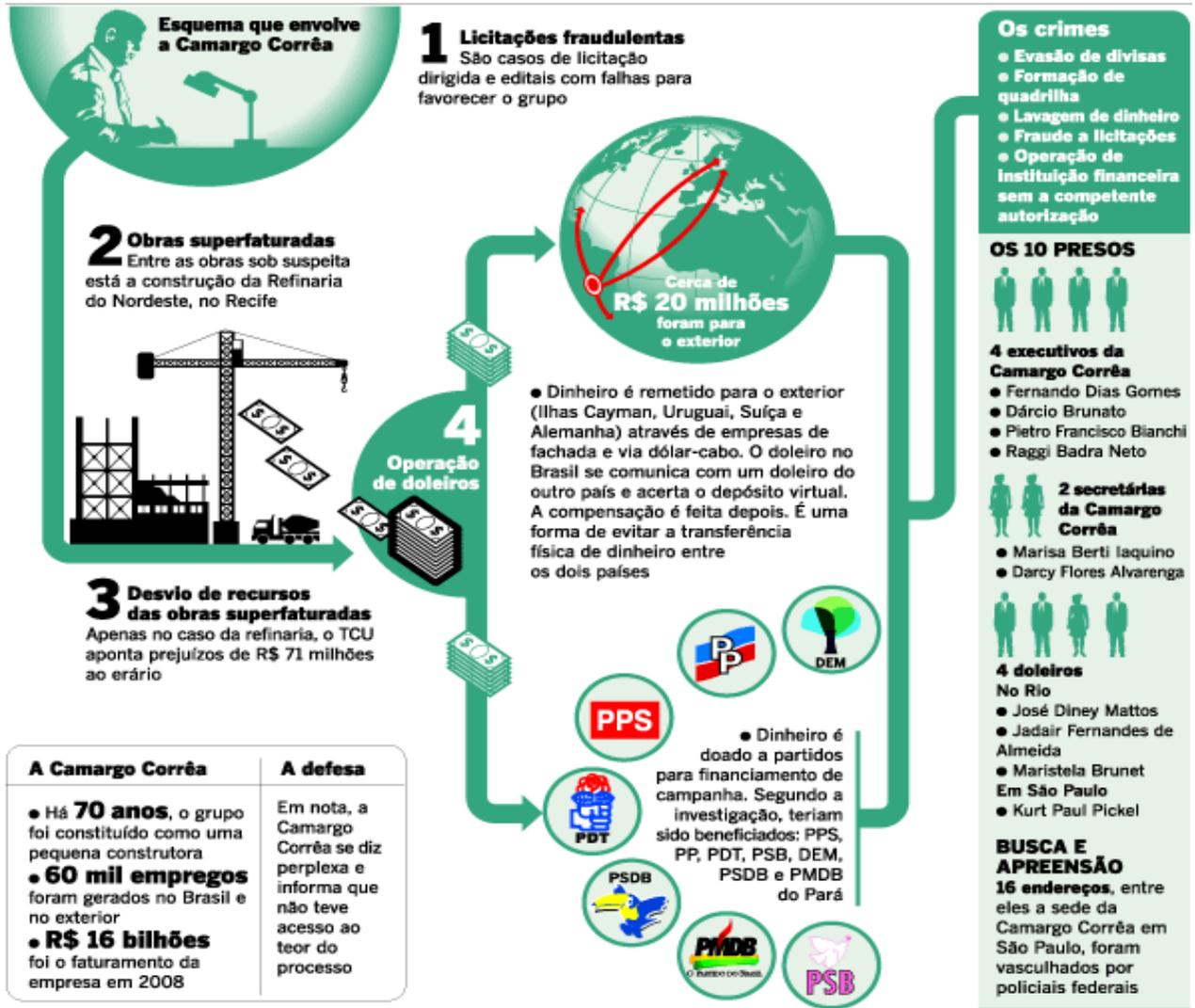
Fonte: Revista Veja (2009).

ANEXO D – REPORTAGEM DA REVISTA VEJA SOBRE ESQUEMA DE CORRUPÇÃO DA CONSTRUTORA CAMARGO CORRÊA

NOVO ESCÂNDALO »

Rede de corrupção

A Operação Castelo de Areia, da Polícia Federal, desarticula esquema de desvios de recursos públicos. Parte desse dinheiro seria usada para financiar partidos



Fonte: Jornal O Estado de SP (2009).

INFOGRÁFICO/VE

ANEXO E – REPORTAGEM DA REVISTA VEJA SOBRE CASO QUE LEVOU AO IMPEACHMENT

A bem da verdade ou só não entendeu quem não quis

A propósito das explicações divulgadas nos pronunciamentos feitos em cadeia, pela televisão, sobre os últimos acontecimentos, é claro que é preciso muita má-fé para não entender, logo de saída, que a conta bancária da secretária do presidente estava em seu próprio nome, que é Ana Maria Acioli, sendo que esse é também o nome de Maria Gomes, que exerce a mesma função, com o mesmo CPF de número 073601264-87, e que a Rose, que é secretária de PC, em São Paulo, só mandava pagar as contas do aluguel do carro que estava enguiçado, tanto que o motorista teve que fazer todos os pagamentos a pé.

Quanto aos depósitos acolhidos pelo gerente, que antes era de outro banco, é muito normal que isso aconteça, uma vez que dona Ana Acioli estava grávida e não podia responder ao telefone nem saber que as aplicações e todos os pagamentos da Casa da Dinda são feitos há mais de 25 anos, como comprovou o ex-secretário Cláudio Vieira, que era até encarregado das aplicações e de jogar na lota, conforme mostram os volantes anexos no seu depoimento, e que tudo era feito ao seu alvedrio, sem que a Brasil

Jet alugasse carros, pois sua especialidade é aviões. Nem seria possível a PC Farias falar com o presidente nestes últimos dois anos, pois não era ele quem pagava a conta do telefone e todos sabem que PC não é homem de aceitar favores. Quanto a esse motorista, testemunha de última hora, não era fidedigno, pois todos sabem que já havia sido advertido por só dirigir o carro para a frente, aliás sempre alcoolizado e em alta velocidade, e nunca dentro do ascensor privativo do Planalto onde ele alega ter visto PC Farias com um pacote embrulhado para presente no dia do aniversário do presidente, que repudiou verticalmente a insinuação do elevador.

Sobre as 48, essas serviram para que se apurasse

definitivamente, por enquanto, apesar de as investigações não estarem ainda completas, que PC não depositou nem sacou dinheiro da conta da secretária Maria Gomes, também conhecida como Ana Correia, ou Ana Acioli e ainda Acioli Gomes ou Aninha para os íntimos, mas tudo, é claro, com o mesmo número que consta da licença do seu porte de armas, só para facilitar a identificação na

hora de atirar. Já dona Rose afirma que não pratica tiro ao alvo e nunca alugou jatinhos da empresa Rent-a-Car, ou automóveis com fundo falso

da Brasil Jet, nem costumava pagar as contas de luz e de laquê do instituto de beleza que atendia ao Planalto. Cláudio Vieira, então homem de confiança, hoje demitido por excesso de, é que nos informa, sem sombra de dúvida, que ele, sim, também ao seu alvedrio, muitas vezes, quem sabe inclusive do próprio bolso, pagou vários cafezinhos para o ingrato motorista que hoje se vira contra quem sempre permitiu que ele bebesse em serviço, fosse relapso e despedido várias vezes por justa causa, tendo até sido mandado embora por ter voltado a

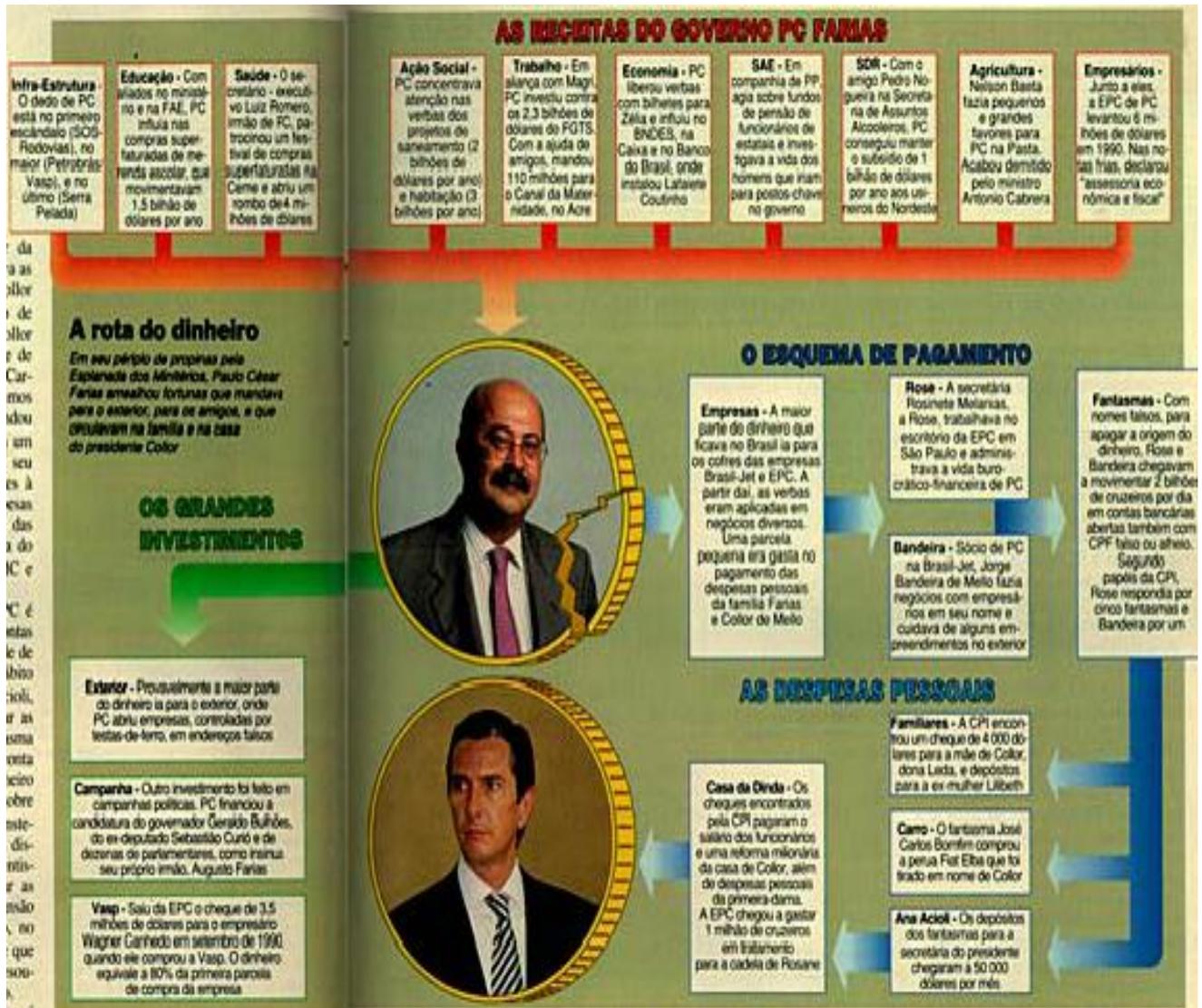
trabalhar. Faltam só mais algumas 48 para que todas as listagens das agências citadas mostrem a calúnia torpe que tenta demonstrar que o empresário PC Farias continuava se dando com o presidente, quando o próprio já confirmou, com veemência, que antes da eleição era Fernando, mas agora tratem-me de presidente.

Esperemos que nunca mais seja necessário o presidente perder seu tempo dando explicações tão óbvias sobre reles calúnias, que só fazem perturbar o clima de tranquilidade que é fundamental para o desenvolvimento do país.

Para mim, confesso, só uma coisa não ficou bastante clara: Quem é a Dinda?

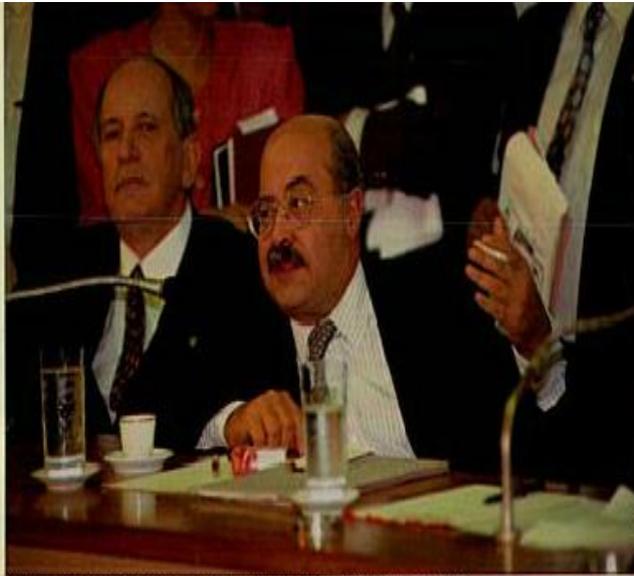


ANEXO F – REPORTAGEM DA REVISTA VEJA SOBRE CASO IMPEACHMENT E PAULO CÉSAR FARIAS

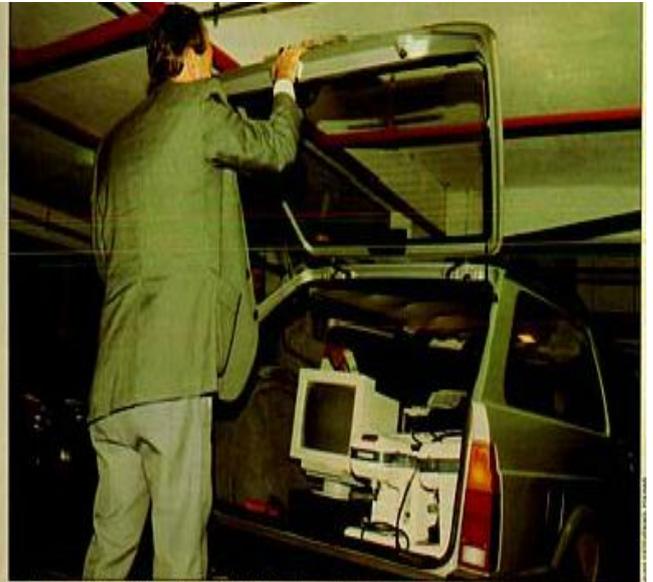


Fonte: Revista Veja (1992).

ANEXO G – REPORTAGEM DA REVISTA VEJA SOBRE CASO IMPEACHMENT E PAULO CÉSAR FARIAS



PC Farias, depondo na CPI do Congresso: QG ameaça quebrar o código mafioso do silêncio



Receita apreende bens de PC em São Paulo: 1 quilo de documentos e equipamentos importados sem nota

BRASIL

O passado condena

PC promove autofritura na CPI, seus irmãos ameaçam o presidente com revelações estarrecedoras e Pedro Collor faz um acordo com sua família

Desde que Pedro Collor detonou suas baterias contra Paulo César Farias, o PC, a estréia do ex-tesoureiro da campanha do presidente Fernando Collor decreta a cada nascer do sol. Na semana passada, PC chegou ao seu naide. O responsável pela depressão de PC não foi o irmão do presidente, que passou a semana caído, burlando o seu acordo de partilha de bens com a família Collor de Melo. Nem foi a multidão de inimigos que o amigo do presidente colecionou nos últimos dois anos, pisando nos calos de várias pessoas no leva-e-traz entre empresários e o Estado. Paulo César Farias se saiu mal no depoimento à comissão parlamentar de inquérito, em que as

sementes de um passado que o condena acimentaram ainda mais as pesadas nuvens que se avolumam sobre a sua cabeça. PC admitiu aos 22 integrantes da CPI que atuou como atravessador na Petrobrás, onde tentou descolar um empréstimo para o dono da Vaip, Wagner Carbedo, seu "amigo de vinte anos". Entrou em contradição ao afirmar que não mantém negócios com bancos oficiais, e pouco depois disse ter tomado um empréstimo de 800 000 dólares no Banco do Nordeste do Brasil para montar o jornal *A Tribuna de Alagoas*. Anunciou que leu a fábrica da Mercedes Benz ao comprar um automóvel. E apontou sua linha de tiro para amigos do presidente. Disse que Cláudio Vieira, o ex-secretário particular de Collor, é quem deve responder

sobre o dinheiro gasto na campanha eleitoral, e lembrou-se do nome de apenas dois empresários que contribuíram com a caixa do PRN, Paulo Octávio e Luís Esteves, ambos amigos de Collor. Ele também enfileirou negativas. Desmentiu que seus garçons citados à ex-ministra Zélia, escritos em papéis publicados por VEJA, fossem pleitos à ex-ministra Zélia. Contou que não tem empresas nem imóveis no exterior, nunca tratou de negócios com o presidente Collor, jamais nomeou alguém para o governo, nem mesmo seu irmão Luiz Romero, e garantiu que nunca esteve no aeroporto de La Paz, na Bolívia. Os papéis publicados por VEJA são mesmo pleitos à ex-ministra. Há indícios consistentes de que PC tem empresas e imóveis no

exterior. Farias indicou uma penca de gente para cargos no governo. Por fim, PC pode não ter estado em La Paz, mas esteve sim na Bolívia com seu amigo Wagner Carbedo (veja quadro à pág. 25).

Feito seu depoimento de seis horas à CPI, PC Farias agora afunda mais com o peso dos fatos. Em São Paulo, VEJA descobriu uma peça do quebra-cabeça montado para recolher contêdoes e propinas. É a conta 104196-3, que fica numa agência do Bradesco, no antigo centro da cidade. "Esta é uma das contas em que vários empreiteiros depositaram comissão", confirma um diretor da Associação Paulista de Empreiteiros de Obras Públicas, a Apoop. O corretista é Raimundo Jovino Leite, um contínuo de 47 anos que trabalha na Correora Robusta, e movimentou, entre os meses de julho e agosto do ano passado, mais de 2 bilhões de cruzeiros em valores de hoje — uma quantia 5 000 vezes maior do que seu salário atual, de 400 000 cruzeiros. Raimundo abriu a conta depois de ser apresentado ao gerente do banco pelo seu patrão, Luiz Basílio Neto. "O talão de cheques ficava com ele e, quando queria, me chamava para assinar as folhas", conta Raimundo. Segundo esse empreiteiro da Apoop, os arrecadadores do supermercado de propinas eram

Ramon Arruz, ex-secretário de Habitação da Ação Social, e José Carlos Guimaraes, chefe do setor de habitação da Caixa Econômica e marido de Faniúcia, a secretária particular da primeira-dama Rosane Collor. Arruz nega tudo e inocenta Guimaraes. "O José Carlos não faria isso."

AMEAÇAS — Para complicar mais a situação de PC Farias, surgiram novidades em três pontos do exterior. Em Nova York, o ex-presidente da Petrobrás Luís Octávio da Motta Veiga descreveu a VEJA como operava a rede de influência de PC Farias (veja

entrevista à página 7). Na Flórida, apareceu outro tentáculo, na forma do goiano Irandes Américo Teixeira, de 36 anos, que intermediou a compra do primeiro avião de PC e morou nos Estados Unidos desde a década passada, onde é o presidente da Paris Express Corporation. Seu sócio na empresa é Jorge Fandiera, ex-piloto de PC que detém 5% das ações da Brasil Jet do caixa da campanha de Collor e é seu atual presidente (veja quadro à página 27). Na Bolívia, PC e Carbedo tiveram uma audiência com o presidente Jaime Paz Zamora, na sua residência particular de El Pizacho. Segundo notícias à época o jornal *La Voz del Sur*, editado na cidade de Tarija, o principal interesse dos "grandes empresários brasileiros" era a compra de ações do Lloyd Aéreo Boliviano, a estatal da aviação.

Com tanto chumbo em vinda, PC encorreu a semana proibido de viajar para fora do país, sem uma comunicação antecipada à CPI, e delatou uma operação que, neste mês, entre mafiosos de quebrar o silêncio, está convencido de que a CPI agita o comércio do Planalto e teme que PC acabe apunhado por suas manobras focais. Já se discutiu a família Farias até a possibilidade de que a investigação chegue ao presidente da



Cláudio Vieira, na CPI: "É problema do PC"